



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e
Humanas



Programa de Pós-Graduação “Território e
Expressões Culturais no Cerrado”

MARLUS SILVA DOS SANTOS

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E O
AGRONEGÓCIO: A DINÂMICA TERRITORIAL NA MICRORREGIÃO DO MEIA
PONTE E NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS (GO), 1970-2010

Anápolis

2015

MARLUS SILVA DOS SANTOS

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E O
AGRONEGÓCIO: A DINÂMICA TERRITORIAL NA MICRORREGIÃO DO MEIA
PONTE E NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS (GO), 1970-2010**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais do Cerrado.

Orientadora: Profa. Dra. Janes Socorro da Luz

Anápolis

2015

MARLUS SILVA DOS SANTOS

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E O
AGRONEGÓCIO: A DINÂMICA TERRITORIAL NA MICRORREGIÃO DO MEIA
PONTE E NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS (GO), 1970-2010**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais do Cerrado.

Banca Examinadora:

Profa. Orientadora Dra. Janes Socorro da Luz – TECCER/UEG

Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas Lima – TECCER/UEG

Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira – UEG/Câmpus Morrinhos

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier – TECCER/UEG - suplente

Anápolis (GO), 24 de fevereiro de 2015.

Dedico este trabalho aos meus pais, minha esposa e filhos, amigos e à Universidade Estadual de Goiás – Câmpus de Morrinhos e Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, que foram os eixos norteadores de meu desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Marley e meus filhos Ana Carolina e Guilherme, por entenderem e me apoiarem, quando em minha jornada não foi possível dar a atenção que vocês mereciam. Aos meus pais, Celso e Nelza, por me terem dado educação, valores e me ensinado a andar. Nunca me deixaram desistir quando às vezes o caminho se mostrou sombrio e difícil. Quando pensei em desistir! Vocês me apoiaram e me ajudaram a cumprir essa jornada.

Aos amigos da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Universitário de Morrinhos, que sempre torceram por mim e me incentivaram, principalmente o Professor Doutor Hamilton Afonso de Oliveira, além da amiga Maria Auxiliadora Sanches, tão importantes nessa minha jornada. À Coordenação de Pesquisa e Ensino em Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro a minha pesquisa, sendo de grande ajuda para que pudesse realizar o trabalho com tranquilidade. Aos professores do Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais do Cerrado - TECCER, principalmente os da linha de pesquisa 1, tão importantes no meu crescimento enquanto estudante de pós-graduação. Sem esquecer-me dos meus amigos do programa Neilson, companheiro de conversas e conselhos muito validos, Bruno, Talliton, Valter, Genilder, Rallyanara, Andréia, Arnaldo, Suelene, Marcio, Fernanda, Shayenne, Ronypeterson e Wesley, os dias eram mais agradáveis pelas conversas e as diversões que a companhia de vocês me proporcionava. À minha orientadora Professora Doutora Janes Socorro da Luz, pessoa que não tenho palavras para descrever o que significou em minha jornada. Aos amigos do Colégio Ápice e do Colégio Dom Pedro I, além da Faculdade Montes Belos, que sempre me auxiliaram e entenderam minha ausência no momento de minha pesquisa. E, por fim, agradecer a Universidade Estadual de Goiás pela oportunidade de me especializar em nível de Mestrado em uma de suas unidades, pois isso com toda certeza fez e vai continuar fazendo uma grande diferença em minha vida.

“O ruim no Brasil e efetivo fator do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus [...] O que houve e há é uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente”

Darcy Ribeiro

RESUMO

O Estado de Goiás, a partir da década de 1970, passou por um amplo processo de modernização da agropecuária que ocorreu nas áreas de Cerrado, abrangendo diversos processos. Ao analisarmos o caso do município de Morrinhos (GO) situado na microrregião do Meia Ponte, busca-se conhecer os reflexos desta modernização para os municípios, na área urbana e socioeconômica, sendo relevante entender as transformações na referida microrregião e município. Tradicionalmente, o Cerrado foi visto como um sertão longínquo e inóspito, praticamente abandonado. A partir de 1930, no governo Vargas, iniciou a política de planejamento destinada à ocupação produtiva da região, a partir da criação das colônias agrícolas em Goiás e Mato Grosso que incentivaram a entrada de migrantes. Também, a extensão da estrada de ferro até Anápolis (GO), estimulou esse processo. Porém, essas iniciativas pouco alteraram na estrutura fundiária local onde as terras de melhor fertilidade eram destinadas ao cultivo das lavouras de arroz, feijão e milho; os chapadões, formados de uma vegetação arbustiva e os campos, eram destinados à pecuária e ao extrativismo, destacando-se a extração de lenha, de frutos e várias espécies de plantas medicinais. Assim, ao longo do processo de expansão capitalista no campo, o domínio tecnológico na agricultura inseriu o Cerrado no cenário econômico, despertando o interesse dos agroexportadores por suas terras, antes vistas como improdutivas. A partir dos anos de 1970, desenhou-se uma nova estrutura produtiva com o desenvolvimento do setor agrícola e dos agronegócios que proporcionaram a diversificação da produção e a incorporação das áreas de Cerrado nos circuitos produtivos nacionais. A modernização da agropecuária brasileira promove transformações no espaço rural e urbano e com o processo global da economia o campo participa das atividades com elementos que acabam por criar uma dinâmica unilateral de funcionamento. Assim, a agricultura passa a depender bem menos das condições naturais para obtenção de seus bens, ao mesmo tempo em que se amplia o uso de insumos, entre outros elementos. Isso se constitui como elementos determinantes nessa dinâmica.

Palavras-chave: Modernização. Agropecuária. Dinâmica Territorial. Agronegócio.

ABSTRACT

The State of Goiás, from the 1970s, went through an extensive process of modernization in its agricultural that occurred in the areas of Cerrado, covering various processes. By analyzing the case of the city of Morrinhos (GO) located in the micro region of the Meia Ponte, we seek to know the consequences of this modernization to municipalities in the urban and socio-economic area, where it is relevant to understand the changes occurred in the micro and municipality spoken above. Traditionally, the Cerrado was seen as a remote and inhospitable wilderness, practically abandoned. From 1930, in the Vargas government, it was launched planning policies aimed at the productive occupation of the region, from the creation of agricultural colonies in Goiás and Mato Grosso that encouraged the entry of migrants. Also, the extension of the railway to Anápolis (GO), stimulated this process. However, these initiatives have changed little in the local land structure where land with better fertility were designed for cultivation of rice crops, beans and corn; the plateaus, formed from a shrub and the fields were intended for livestock and extraction, especially the extraction of firewood, fruits and several species of medicinal plants. So over the capitalist expansion process in the field, the technological domain in agriculture made the Cerrado enter in the economic environment, attracting the interest of agro-exporters for their land, once viewed as unproductive. From the 1970s, a new production structure was designed with the development of agriculture and agribusiness which provided the diversification of production and the incorporation of the Cerrado areas in the national productive circuits. The modernization of Brazilian agriculture promotes changes in rural and urban space and with the overall process of economy; the countryside participates in the activities with element that originate a unilateral dynamic operation. Thus, agriculture becomes dependent on far less natural conditions to obtain their goods, while the widely use of inputs, among other things. This constitutes as an enabler in this dynamic.

Keywords: Modernization. Farming. Territorial dynamics. Agribusiness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O PROCESSO RECENTE DE EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NAS ÁREAS DE CERRADO	18
1.1 A DINÂMICA TERRITORIAL NAS ÁREAS DE CERRADO A PARTIR DE 1970	20
1.2 A ARTICULAÇÃO DO TERRITÓRIO: CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE	23
1.3 OS DESDOBRAMENTOS DA AÇÃO DO ESTADO NA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO	26
1.4 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E O DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL	37
2 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DA MICRORREGIÃO DO MEIA PONTE	43
2.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NAS ÁREAS DE CERRADO	45
2.2 O AGRONEGÓCIO NAS ÁREAS DE CERRADO E SUA DIMENSÃO AGROINDUSTRIAL	47
2.3 A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA MICRORREGIÃO DO MEIA PONTE: CONTEXTO ESPACIAL E CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE NA DIMENSÃO REGIONAL	50
2.4 O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NOS SUBESPAÇOS DA MICRORREGIÃO DO MEIA PONTE	59
3 A DINÂMICA TERRITORIAL EM MORRINHOS(GO)	65
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO TERRITORIAL DE MORRINHOS (GO)	66
3.2 A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A URBANIZAÇÃO	69
3.3 A ATUAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS E ECONÔMICOS NA ESCALA LOCAL	77

3.4 A INSERÇÃO DE MORRINHOS (GO) NO SISTEMA TÉCNICO MULTIDIMENSIONAL	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 –	Brasil: Fisionomias do Bioma Cerrado no Estado de Goiás – 2007	20
Ilustração 2 –	Mapa das Meso e Microrregiões do Estado de Goiás, 2014	45
Ilustração 3 –	Mapa Microrregião do IBGE, Meia Ponte, 2012.....	52
Ilustração 4 –	Gráfico com o número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras, Microrregião do Meia Ponte, 2006	55
Ilustração 5 –	Mapa microrregião do Meia Ponte com divisão de subespaços baseados no número de população dos municípios, 2014.....	65
Ilustração 6 –	Rodovia BR 153, trevo de acesso à cidade de Morrinhos, 2014	66
Ilustração 7 –	Cidade de Morrinhos (GO), imagens da Avenida Couto de Magalhães, 1970 e 2012	69
Ilustração 8 –	Cidade de Morrinhos (GO), imagens da Rua Barão do Rio Branco, na década de 1970 e em 2012.....	69
Ilustração 9 –	Agroindústria da COMPLEM, situada no DAIMO, 2014.....	72
Ilustração 10 –	Complexo comercial da COMPLEM situado no espaço urbano de Morrinhos(GO), 2014.....	73
Ilustração 11–	Empresa Frangos Qualitti, situada na saída de Morrinhos para Buriti Alegre, 2014.....	74
Ilustração 12–	Empresa Produtos Dez, situada na saída de Morrinhos para Buriti Alegre, 2014.....	75
Ilustração 13–	Quadro representativo das principais representações políticas de Morrinhos no século XX.....	79
Ilustração 14–	Crescimento populacional das principais cidades da microrregião do Meia Ponte de 1950 ate 2010.....	80
Ilustração 15–	Empresa de Conservas Olé, situada no DAIMO, 2014.....	84
Ilustração 16–	Central Energética Morrinhos, BR-153, Km 646, 2014.....	84
Ilustração 17–	Estabelecimentos comerciais ligados ao segmento agroindustrial, 2014.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Goiás: Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor, 1975; 1995; 2010.....	56
Tabela 2 – População censitária rural municípios microrregião do Meia Ponte, 1980 a 2010.....	59
Tabela 3 – Ano de origem de fundação e população censitária dos municípios microrregião do Meia Ponte, 1970 a 2010.....	61
Tabela 4 – Produto Interno Bruto e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços dos municípios da microrregião do Meia Ponte, 2010.....	62
Tabela 5 – Número de empregos por setor de atividade municípios microrregião do Meia Ponte, 2010.....	63
Tabela 6 – Valores gerados por segmentos agropecuária, Indústria e Serviços por unidades territoriais, 2010.....	76
Tabela 7 – População nos Censos Demográficos por situação de domicílio, 1950-2010	76

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FBC	–	Fundação Brasil Central.
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
BNDES	–	Banco Nacional do Desenvolvimento.
CEPAL	–	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.
ONU	–	Organização das Nações Unidas.
ISI	–	Imposto por Substituição de Importação.
PND	–	Plano Nacional de Desenvolvimento.
CAI	–	Complexo Agroindustrial.
SNCR	–	Sistema Nacional de Crédito Rural.
PRODECER	–	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado.
POLOCENTRO	–	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IMB	–	Instituto Mauro Borges.
ICMS	–	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
PIB	–	Produto Interno Bruto.
COMPLEM	–	Cooperativa Mista de Produtores de Leite de Morrinhos.
CISAL	–	Indústria Sul-Americana de Alimentos em Morrinhos.
DAIMO	–	Distrito Agro Industrial de Morrinhos.
IDHM	–	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios.
SICOOB	–	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil.

INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa surgiu quando ainda cursava a graduação em História na Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Morrinhos. Naquele momento, durante a realização do trabalho de conclusão de curso, optamos pelo estudo dos efeitos da modernização da agropecuária na urbanização de Morrinhos. Posteriormente, procuramos aprofundar mais o estudo e buscar entender como se deu esse processo tanto no município quanto na microrregião do Meia Ponte com o desenvolvimento agroindustrial.

Nessa perspectiva, este trabalho analisa e discute como ocorreu o processo de inserção do Cerrado no cenário agropecuário nacional, pois tal território sempre foi visto como sertão longínquo e inóspito, tendo como recorte temporal de 1970 a 2010, quando ganhou força a modernização das estruturas produtivas regionais do setor agrícola.

O Estado de Goiás, sobretudo a partir da década de 1970, passou a ser palco de um amplo processo de modernização econômica no que diz respeito ao conjunto de mudanças ocorridas na estrutura econômica das áreas de cerrados e do próprio país, portanto, abrange diversos processos. Ao estudar a expansão agrícola no Cerrado e suas consequências na cultura e urbanização da mesorregião sul goiana, busca-se conhecer os reflexos que essa modernização econômica trouxe para os municípios na área social, cultural e ambiental.

Nesse contexto, faz-se relevante compreender a dinâmica que assumiu a expansão agrícola na mesorregião sul goiana, após 1970 até os dias atuais, buscando entender as transformações que ocorreram nos municípios que fazem parte da mesma.

O Estado de Goiás teve seu povoamento sustentado por atividades econômicas e empreendimentos diferenciados por região. Consequentemente, compreender a diferenciação histórica, econômica, social e política que dá origem aos municípios e suas fragmentações, ao longo do tempo e do espaço, é primordial para a análise das especificidades da dinâmica regional.

Tradicionalmente, desde o período de sua independência no sistema de produção alimentar no Cerrado predominava o trabalho familiar, explorando dessa forma as áreas mais férteis para a produção de grãos e uma pecuária extensiva. Em tese, por um lado, havia a grande propriedade, com criação de gado e plantação de alguns tipos de cultura e, por outro, as pequenas unidades de subsistência que, em geral, atendiam às necessidades básicas de manutenção da família rural.

Somente na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, houve a primeira iniciativa de uma política de planejamento destinada à ocupação produtiva direcionada à região, a partir da implantação das colônias agrícolas nos estados de Goiás e Mato Grosso. Também, com a extensão da estrada de ferro, que chegava a Anápolis, houve o estímulo à migração de produtores, principalmente do sul do país. Porém tais iniciativas, pouco ou nada, alteraram a estrutura fundiária regional, que funcionava da seguinte forma: as terras de melhor fertilidade eram destinadas ao cultivo das lavouras de arroz, feijão e milho, com menor expressão; já os chapadões, formados de uma vegetação arbustiva, e os campos eram destinados à pecuária e ao extrativismo, com destaque para a extração de lenha e de frutos.

A partir da década de 1960, as terras do Cerrado passaram a fornecer alimentos básicos, como arroz e feijão, tornando-se referência nacional em rizicultura. No decorrer do processo de expansão capitalista no campo, o domínio tecnológico na agricultura inseriu o Cerrado no cenário econômico, despertando o interesse dos agroexportadores por suas terras, antes vistas como improdutivas. E, a partir dos anos de 1970, começou a se desenhar uma nova estrutura fundiária para a região, motivada pelo processo modernizador do espaço agrícola do Cerrado, o que Bernardes e Freire Filho (2006) chamam de casamento do espaço com a técnica.

A adoção do padrão agrícola brasileiro feito no modelo de desenvolvimento da década de 1970 necessitava incorporar um padrão tecnológico para elevar a produtividade da terra. E, o principal instrumento que viabilizou o processo foi a utilização do crédito rural, garantindo capital para a compra de tecnologias e mesmo de terras nas novas áreas de fronteiras. A partir das correções feitas nos solos da região, os mesmos passaram a apresentar condições positivas para favorecer o avanço da modernização agrícola no país.

Nesse sentido, no desenvolvimento dessa pesquisa, tomamos por opção uma abordagem qualitativa e quantitativa, e também coleta de dados em trabalho de campo, além da escolha pelo método de análise das fontes documentais. A investigação qualitativa em áreas sociais assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa, que passou a ser utilizada nas Ciências Humanas e Sociais no final dos anos 1960, é vista como um modelo diferente das pesquisas quantitativas, por mostrar a complexidade e as contradições de fenômenos singulares, valorizando os aspectos qualitativos desses fenômenos, principalmente os da vida humana e social.

Assim, entendemos que metodologia qualitativa é uma forma de investigação que possibilita o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, proporcionando uma melhor compreensão do objeto estudado. Com isso,

o material obtido nessas pesquisas são ricos em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Além disso, todos os dados da realidade são considerados importantes, tendo o pesquisador que se atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação pesquisada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para melhor compreensão do problema. Ou seja, questões simples precisam despertar atenção e ser investigadas.

A escolha pelo método de análise de fontes documentais ocorreu devido à compreensão de que “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem dos dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE e ANDRÉ, 2013, p. 44-45). Esse tipo de abordagem busca identificar nos documentos, fatos a partir de questões ou hipóteses de interesse do pesquisador.

Lüdke e André (2013) apresentam uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa: constituem uma fonte estável e rica; persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos; constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador; representam ainda, uma fonte natural de informações.

Para Cellard (2008, p. 296) “definir o documento representa em si um desafio”. Recorremos ainda a Phillips (1974, p. 187), para afirmar que são considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”, incluindo leis, regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, livros, estatísticas.

De acordo com Cellard (2008), na pesquisa documental é necessário localizar os textos pertinentes, avaliando sua credibilidade e representatividade, fazendo um julgamento cuidadoso sobre o que é realmente relevante e significativo nos dados e buscar compreender adequadamente o sentido da mensagem. É importante também, contentar-se com o que tiver na mão, aceitar o documento tal como ele se apresenta, mesmo que incompleto, parcial ou impreciso, visto ser impossível transformar um documento.

Além disso, é fundamental usar de cautela e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende fazer análise. Cellard (2008) indica as etapas que devemos passar para avaliar o documento. Segundo o referido autor é preciso considerar o

contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sociopolítico do autor e daqueles a quem foi destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito.

Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais do seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma de organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos (CELLARD, 2008, p. 299-300)

Deve-se questionar porque tal documento chegou a nós em detrimento de outros. E conhecer, minimamente, a identidade da pessoa que se expressa, seus interesses e os motivos que a levaram a escrever.

Elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento (CELLARD, 2008, p. 300).

Ademais, é importante estarmos seguros em relação à qualidade da informação transmitida. Fazendo-se necessário verificar a procedência do documento e a relação que os autores têm com o que descrevem. “na análise de um documento deve-se levar em consideração a natureza do texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões” (CELLARD, 2008, p. 302). É importante ainda, investigar a história do acervo. Efetivamente a abertura do autor, os subentendidos, a estrutura de um texto pode variar conforme o contexto.

Ainda segundo Cellard (2008), devemos delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos, além de prestar atenção aos conceitos-chaves presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, de acordo com o contexto preciso em que eles são empregados. E por fim, examinar a lógica interna, o esquema ou plano do texto, no sentido de perceber como o argumento se desenvolveu, as partes principais, etc.

Terminado essa etapa de análise preliminar, chega-se ao momento de reunir todas as partes, ou seja, elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. Sendo assim, será possível fornecer uma interpretação coerente, visando à temática ou o questionamento inicial. O trabalho de análise consiste em fazer uma síntese dos elementos acumulados. (CELLARD, 2008).

Trata-se de um trabalho de desconstruir e reconstruir os dados com vistas a buscar respostas referentes ao questionamento. Nesse sentido, é importante extrair os elementos

pertinentes do texto, compará-los com outros e tomar consciência das semelhanças, diferenças e relações capazes de levar a uma reconstrução pertinente e confiável. (CELLARD, 2008)

Em nossa pesquisa, levaremos em consideração todas essas orientações. Daremos início ao diálogo com os documentos e a literatura específica para construir a dissertação. Relacionar as descobertas feitas durante o estudo com o que já existe na literatura “é fundamental para que se possam tomar decisões mais seguras sobre as direções em que vale a pena concentrar o esforço e as atenções.” (LUDKE; ANDRE, 2013, p. 55).

Nesse sentido, a presente Dissertação apresenta três capítulos. No Capítulo 1, “O processo de expansão da agropecuária brasileira nas áreas de Cerrado”, destacamos os fatores que influíram no processo de implantação e modernização da agropecuária e do agronegócio brasileiros, considerando os antecedentes desse processo e os novos tempos que se abriram após a década de 1970. Também, apresenta a análise de como se deu o processo de inserção do Cerrado na produção agropecuária brasileira. Dessa forma, caracteriza a dinâmica territorial nas áreas de Cerrado, onde o processo de mecanização e a tecnologia advinda com o uso de insumos e técnicas modernas transformaram a produção agropecuária. No caso, a região do Cerrado passa a se destacar nesse quesito, inclusive com a abertura do empresariamento do campo provocado pelo desenvolvimento do agronegócio.

Por sua vez, o Capítulo 2, destaca o processo de modernização da agropecuária e o crescimento do agronegócio em Goiás e, especialmente, na microrregião do Meia Ponte. Bem como, o sentido da modernização (a modernização conservadora) e da mecanização do campo com seus reflexos na produção agroindustrial microrregional. Portanto, caracteriza-se o processo de agroindustrialização e sua evolução na microrregião do Meia Ponte, enfatizando o exemplo de Morrinhos. Nesse sentido, discute-se o significado de agroindústria, características especificações, classificações e a dinâmica regional, com o estabelecimento de redes e circuitos em diferentes escalas. A partir do contexto microrregional serão estabelecidos os subespaços existentes na microrregião do Meia Ponte e as características de centralidade que promovem a formação de polos regionais e locais na região. Com o objetivo de recortar a área de influência na microrregião do município de Morrinhos (GO).

Por fim, o Capítulo 3, analisa a dinâmica territorial em Morrinhos (GO) e trata do processo de formação e transformação do município, considerando os novos e velhos tempos de sua formação. Além das características econômicas, sociais e políticas que contribuíram na produção do espaço local e sua projeção regional. Inclusive da importância da drenagem da renda do campo na urbanização. Nesse sentido, são discutidas as ações estratégias que repercutem na escala local em função da atuação dos agentes políticos e econômicos que

influenciam o processo de formação e transformação do Município de Morrinhos (GO). Bem como a respectiva inserção multidimensional e escalar da cidade na produção de redes.

CAPÍTULO 1 - O PROCESSO RECENTE DE EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NAS ÁREAS DE CERRADO

Este capítulo tem por objetivo analisar e discutir de que forma ocorreu o processo de inserção e apropriação do território do Cerrado no cenário agropecuário nacional, pois este espaço sempre foi visto como um sertão longínquo e inóspito, praticamente abandonado “à própria sorte”, (OLIVEIRA E HESPANHOL, 2012 p.04). Inicialmente, no território cerratense predominava, por um lado, o sistema de produção alimentar de base familiar voltado para a subsistência. Esse sistema utilizava as áreas mais férteis para produzir grãos e, ao mesmo tempo, desenvolvia a pecuária extensiva nas áreas menos férteis. Por outro lado, havia também a grande propriedade onde era criado o gado e a produção atendia às necessidades básicas de manutenção da família rural.

No Brasil, segundo Saquet (2007), o debate sobre a categoria território é mais expressiva a partir de 1950 e nos finais de 1970. Mas essa categoria já havia sido mencionada nas primeiras correntes de pensamento geográfico, conforme destacou Friedrich Ratzel (1988 Apud CATAIA, 2011), que o território representa uma porção do espaço terrestre identificada pela posse, sendo uma área de domínio de uma comunidade ou Estado. Depois o território passou a corresponder ao espaço geográfico apropriado, nas relações dos seus habitantes com o lugar, não levando em conta somente a extensão territorial, (SAQUET, 2007).

Raffestin (1993) enfatiza que o território não pode ser compreendido apenas como espaço. Para este autor o essencial é:

[...] compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, e, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O espaço, conforme apontado é territorializado a partir das relações de poder que são constituídas nos lugares. Cada território tem suas singularidades, seus costumes e sua história, que certamente são passados para várias gerações. Dessa forma, o território apresenta um caráter relacional e, por isso, sempre vai além da base material sendo embutido numa complexa rede de relações e ações de diferentes indivíduos, (RAFFESTIN, 1993).

O pensamento imaterial do território é constituído pelas representações nos valores de uma determinada sociedade. Saquet (2007) considera, nessa perspectiva, uma abordagem relacional dos tempos históricos e coexistente com as descontinuidades e aspectos da relação sociedade natureza. Assim,

Sucintamente, há uma abordagem (i) material, histórica e multiescalar do desenvolvimento e do território, da desterritorialização e reterritorialização, reconhecendo descontinuidades, desigualdades, ritmos, temporalidades, e territorialidades, [...] numa perspectiva de compreensão do território lugar, que tenta avançar minimamente no entendimento dos fatores e das características multiformes da vida cotidiana, no campo e na cidade, no rural e no urbano. (SAQUET, 2007, p.131).

Dessa forma, as políticas adotadas pelo governo brasileiro usaram a tríade - território, população e recurso, montando estratégias para que o modo de produção capitalista fosse incorporado em sua plenitude; atendendo as relações internacionais que não passam de ação de poder do mercado global, (RAFFESTIN, 1993). Nesse processo, os territórios são atingidos por essa economia internacional, ou seja, verticalizada que acabam por proporcionar transformações sociais e econômicas nos territórios, desmantelando as estruturas pré-existentes.

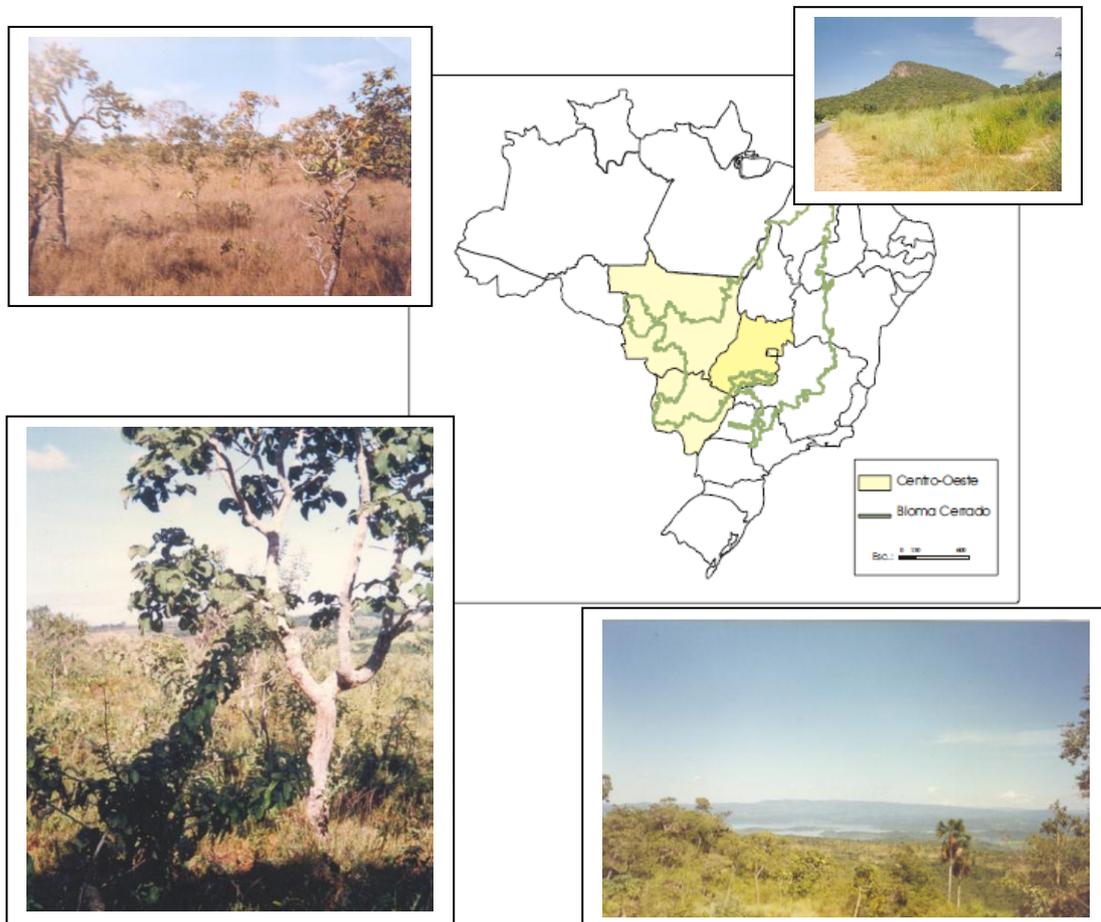
Nessa perspectiva, aos poucos o território do Cerrado foi sendo apropriado e anexado ao sistema de produção que atendia aos interesses do mercado, passando por um processo de transformação próprio para as práticas modernas de agropecuária. É nesse cenário que se discute a atuação do Estado no processo de reordenamento das áreas do Cerrado. Pois as relações de poder estabelecidas entre os diversos agentes políticos e econômicos se interpõem para que esse território seja transformado de modo acelerado.

Entre as transformações que se destacam no território do Cerrado estão identificadas as questões ligadas ao desenvolvimento e introdução de técnicas modernas de produção agropecuária. Esse processo contribui para o desenvolvimento regional e influencia na diversificação e especialização produtiva que as áreas de Cerrado vivenciam na atualidade. Por sinal, essa diversificação é responsável pelo desenvolvimento e projeção das atividades ligadas ao agronegócio, especialmente, o segmento agroindustrial. E, neste estudo, destacamos a parcela do território cerratense ocupado pelo Estado de Goiás, em específico a porção sul, onde se encontra a Microrregião do Meia Ponte (MRMP) e o Município de Morrinhos (GO).

1.1 A DINÂMICA TERRITORIAL NAS ÁREAS DE CERRADO A PARTIR DE 1970

De acordo com Aziz Ab'Saber (2003), o Cerrado está localizado na porção central do território brasileiro, onde predominam os chapadões e encontramos diferentes formações vegetais, desde veredas à matas ciliares, cerrados abertos e cerradões, entre outras, (ver Ilustração 1). Um território marcado pela sazonalidade do clima, no qual se destacam duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa. O Cerrado apresenta uma rica rede hidrográfica que abastece as principais bacias hidrográficas do país.

Ilustração 1 - **Brasil:** Fisionomias do Bioma Cerrado no Estado de Goiás – 2007



Fonte: Luz (2009, p. 91)

Essas características naturais contribuíram para a apropriação do território para a produção agropecuária moderna. Em especial, após a década de 1970, quando ganhou força a modernização das estruturas produtivas do setor agrícola. (AB'SABER, 2003).

A utilização das áreas de Cerrado como cenário para promover o processo de mecanização e expansão da agropecuária tem ligação direta com uma visão de apropriação e

expansão do território, fato discutido por Martins (2009), ao ressaltar que essa expansão não é só um movimento pioneiro empreendedor que envolve um grupo de agentes que atuam direta e indiretamente nesse processo, como por exemplo: “[...] pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça e no limite do mercado.” (MARTINS, 2009, p. 135). Tal movimento modifica sistematicamente as relações estabelecidas ali até a chegada da expansão, que assim “ela constitui o ambiente oposto ao das regiões esvaziadas de população, rotineira e tradicionalista e morta.”, (MARTINS, 2009, p. 136).

Inclusive, o Cerrado passa a ser palco de programas de investimentos que vieram atrelados a medidas e planos de desenvolvimento que estabeleciam e fortaleciam a centralização do poder exercida pelo Estado e seus representantes nas diferentes esferas.

Nesse sentido, o Estado que se configura “é um Estado nacional que nos leva a nos sentirmos no direito a essa exigência” (COHN, 2009, p. 67)¹. O autor, ao discutir a questão das relações de poder e a produção de um Estado de base nacional, reafirma o papel do Estado centralizador que influencia na apropriação do território e nas relações de poder que se substabelecem. Então ao analisar este fato é possível verificar que a situação é ancorada na economia e na política econômica do Estado. Isso faz com que as áreas de Cerrado, na condição de território, sejam apropriadas pelos interesses e decisão dos que exercem o poder.

Os processos de desenvolvimento econômico são também em última instância lutas de poder. São interesses de poder nacional sempre postos em questão, são os interesses últimos e decisivos que a política econômica de uma nação deve servir. (COHN, 2009, p. 69)

Em complemento, recorre-se a Chauí (2000, p. 99), que diz:

Partindo da ideia de que com o fim da geopolítica da Guerra Fria (ou a queda do Muro de Berlim) a distinção entre esquerda e direita perdeu sentido social e político, e afirmando a necessidade de criar uma “economia mista”, que concilie a racionalidade do mercado capitalista e os valores socialistas convenientemente reformulados, a “terceira via” pretende “modernizar o centro”.

Por sua vez, para Giddens (2001, p. 42), o Estado é um elemento que “possui sentidos de linguagem comum, mas a ambiguidade não é particularmente preocupante para uma teoria social”. Assim, ele destaca que o Estado envolve todo um aparato imbricado e subordinado a um governo que exerce relações de poder que, segundo Giddens (2001, p. 33), “Poder em um

¹ A discussão realizada por Cohn (2009) destaca a questão do Estado Nacional com base na discussão realizada por Weber.

sentido bastante generalizado, significa a capacidade transformadora, a capacidade de intervir em um determinado cenário de eventos de forma a alterá-la”. Esse Estado passa então a interferir no cotidiano de uma determinada sociedade, em diversos âmbitos ou escalas.

Para Giddens (2001) o papel principal do Estado é ser órgão do pensamento social e que todo pensamento social surge do mesmo. Ao comparar a análise desse autor com o pensamento discutido por Cohn (2009) é possível afirmar que o Estado apresenta três características: a existência de um suporte administrativo regular e capacitado; serve de sustentação do controle dos meios de violência; e, manutenção do monopólio dentro de uma determinada área territorial.

Frente ao Estado de Giddens, conforme a análise de Weber realizada por Cohn (2009 p. 73), “o Estado apenas atinge seu desenvolvimento pleno nos tempos modernos”. É nesse cenário que se verifica a posição do Estado brasileiro, no que tange a “apropriação” do território onde estão imbricadas as áreas de Cerrado, (grifo nosso). Pois, pode-se afirmar, segundo Weber (1981), em uma perspectiva da teoria dos tipos de dominação², que a relação de dominação dos agentes que atuam em nome do Estado, no que tange a apropriação do território nas áreas de Cerrado, foi uma dominação legal. Nesse caso, a população local se tornou parte do processo de inserção dessas áreas no cenário da expansão agropecuária.

Dessa forma, as relações advindas desse processo são de poder. Por sua vez, o Estado exerce o poder de forma soberana sobre seu território e, nele se estabelecem as relações de poder. Aspecto que ressalva Arendt:

O “Poder”, corresponde a habilidade humana de não apenas agir em uníssono, em comum acordo. O Poder jamais é propriedade de um indivíduo e existe enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém “está no poder”, estamos nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas para atuar em seu nome[...] (ARENDR, 1985, p.24 apud SOUZA, 2008, grifos do autor).

Com essa discussão, pode-se analisar a questão da dominação do Estado exercida sobre o território e, entre as relações descritas, verificar se tal processo ocorre quando nos referimos ao caso do trabalhador rural que ocupa as áreas de Cerrado. Essas que foram

² Dominação Legal (onde qualquer direito pode ser criado e modificado através de um estatuto sancionado corretamente), Dominação Tradicional (onde a autoridade é, pura e simplesmente, suportada pela existência de uma fidelidade tradicional); Dominação Carismática (onde a autoridade é suportada, graças a uma devoção afetiva por parte dos dominados). WEBER (1981).

modificadas sistematicamente com o passar das décadas e, o indubitável, processo de ocupação por uma agropecuária voltada para a indústria.

As transformações que ocorreram nas áreas dos Cerrados estiveram pautadas no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista monopolista. Essa etapa apresentou traços típicos, como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agrícola. Esse processo de industrialização do campo trouxe transformações nas relações de produção na agricultura e conseqüentemente, redefiniram toda a estrutura socioeconômica e política no campo, (OLIVEIRA, 2007).

Moraes (2002, p. 61), ao tratar do processo de ocupação do território destaca que “Estado e território, dois conceitos profundamente entrelaçados no mundo moderno, em que o Estado é de imediato definido como um Estado dotado de um território”. O que podemos constatar é que nessa perspectiva o Estado e o território são vistos de forma indissociável. Ou seja, “A construção política dessa Jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção de superfície terrestre[...]”. (MORAES, 2002 p. 61).

Portanto, a forma que o Estado moderno se apresenta envolve um “espaço demarcado de exercício de poder”, (MORAES, 2002 p. 61). E, corrobora a análise de apropriação do território por um poder central, conforme ocorreu no Brasil, quando o discurso de integração nacional foi colocado ao serviço dos interesses econômicos, articulado as áreas de Cerrado à dinâmica do mercado nacional.

1.2 A ARTICULAÇÃO DO TERRITÓRIO: CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE

Nessa perspectiva, ao abordarem acerca da articulação do território, Schneider e Tartaruga (2004), destacam que o mesmo se estrutura de forma que pode ser, tanto descontínua como contínua. Acrescentam ainda que:

[...] os territórios podem ser contínuos ou descontínuos. Os territórios contínuos são aqueles que possuem contigüidade espacial, os mais usuais, enquanto, os territórios descontínuos, os que não possuem uma contigüidade espacial. [...] os territórios contínuos poderiam ser caracterizados por superfícies e os descontínuos, por pontos. Nos territórios descontínuos, em verdade, são apresentados espaços em diferentes escalas ou níveis de análise. Isto é, um território contínuo é um conjunto de pontos em rede numa escala determinada, no qual cada ponto representa um território contínuo, com forma e estrutura próprias e numa escala de menor dimensão. (SCHNEIDER E TARTARUGA, 2004, p. 8)

Com base no proposto por esses autores, percebe-se que os territórios são dinâmicos, apresentando diversas escalas. Ao pensar na integração do Cerrado como área de expansão e mecanização da agropecuária, observa-se que esse território é uma parte contínua do país no

que se refere a espaço territorial. Porém, também, engloba atividades que se distribuem de forma descontínua, entretanto, que articuladas por meio das redes, relações econômicas e empresariais.

Conforme Santos e Silveira (2001), ainda nessa perspectiva, o território é dinâmico e este processo atinge interesses corporativos, nos quais é possível perceber que este espaço é considerado a partir de sua utilização e apropriação, sendo assim criado e recriado. Ele está sempre em construção, pois a sociedade que o integra, da mesma forma, sempre está em construção, ou seja, torna-se palco de mudanças constantes.

Por sua vez, de acordo com Hasbaert e Limonad (1999, p. 09): “No território, o espaço material, concreto torna-se uma mediação da construção das relações de poder.”. Nesse entendimento, vê-se o cenário do Estado que atua por meio de seus agentes, como por exemplo as corporações, de acordo com Costa (2006). Ou mesmo surgem dos conflitos advindos das relações capital/trabalho e movimentos sociais, que serão tratados mais à frente nesta pesquisa. E, ao necessitar de expandir suas fronteiras, no que tange a ampliar suas fronteiras agropecuárias, exercem o seu poder e se utiliza desse espaço (o Cerrado) que compõe seu território físico, embrenhado por um processo constante de globalização³, que “é atualmente um dos termos mais frequentemente usados e mais poderosos em nossas imaginações geográficas e sociais.” (MASSEY, 2008, p. 125). Essa visão faz com que o território se volte para um cenário onde o fruto dessa expansão é, cada vez mais, palco dos anseios de uma sociedade capitalista e consumista.

Portanto, se antes o território do Cerrado era impróprio para as práticas modernas de agricultura e pecuária, hoje, ele foi apropriado e passou a fazer parte de um contexto integrado às exigências do mercado globalizado. Para que isso ocorresse foram desenvolvidas técnicas de instrumentalização desse solo com o objetivo de produzir, tanto ou mais que nas regiões onde essa prática estava consolidada.

Ainda ao tratar do território, Moraes (2002), na perspectiva histórica, o visualiza na perspectiva de mudança constante, pois para o autor, sem Estado não há território. Aspecto com o qual concorda Heidrich (2013, p. 3), ao destacar que “[...] a ocorrência do completo desenvolvimento das relações que estabelecem a condição territorial, exige uma manifestação generalizada de um poder”. E, acrescenta também:

³ Historiadores afirmam que este processo teve início nos séculos XV e XVI com as grandes navegações e descobertas marítimas. Neste contexto histórico, o homem europeu entrou em contato com povos de outros continentes, e estabelecendo relações comerciais e culturais. Porém, a globalização efetivou-se no final do século XX, logo após a queda do socialismo no leste europeu e na União Soviética. O neoliberalismo, que ganhou força na década de 1970, impulsionou o processo de globalização econômica.

[...] o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, se apenas parte destas características estão presentes, creio que podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade. (HEINDRICH, 2013, p. 3).

E, nessa perspectiva, no mundo moderno, o território é condição *sine in qua non*⁴ de Estado. Esse é dotado de certa dimensão que compreende a detenção o poder. No caso do Brasil, o Estado se caracteriza por apresentar uma ligação com as relações de poder que exerce, pois de acordo com Marcon e Pasinato (2012):

[...] a experiência brasileira difere de outros países nos quais a burguesia emergente entra em luta com monarquias, aristocracias e nobrezas até chegar ao poder. No Brasil ocorrem mais ajustes do que processos revolucionários. Decorrem dessas várias implicações, entre as quais, a natureza conservadora da transição e a desconsideração por direitos humanos e sociais universais que foram bandeiras importantes da burguesia, especialmente na França. A burguesia no Brasil busca de todas as formas neutralizar os avanços e conquistas sociais e políticas. As transformações que ocorrem desde o final do século XIX são fundamentais para uma compreensão crítica do papel do Estado e da sua função pública (MARCON e PASINATO 2012, p. 5).

O que constatamos com essa afirmação é que no Brasil as diretrizes tomadas pelo poder central têm como foco beneficiar as classes dominantes e, conseqüentemente, a burguesia industrial e, junto a essa, os grandes latifundiários que fazem parte da burguesia e empresas responsáveis por alavancar o processo de modernização da agropecuária.

Ou seja, este território não é constituído somente do que compreende seu domínio, sendo assim, as relações de poder por parte do Estado foram preponderantes na questão da apropriação das áreas de Cerrado. Assim, as nuances da população que vive nessas áreas não foram consideradas. Foram sendo constituídos elementos territoriais que tem os preceitos culturais, econômicos, porém, tem uma meta a ser cumprida e seguida, ficando sempre pressionada, sempre reiterando o domínio do Estado.

A necessidade de posicionar o país no cenário internacional, exige uma participação política e econômica dos diferentes agentes no processo de modernização. Em função disso temos o estabelecimento de uma infraestrutura e mercado considerável que proporciona o desenvolvimento do setor agropecuário.

⁴ Cláusula ou condição sem a qual não se conseguirá atingir o objetivo planejado, sem a qual determinado fato não acontece.

Em síntese, o território tem elementos culturais e os mesmos têm preceitos, econômicos e sociais, além de políticos e, esses, se alteram em virtude de suas mudanças. O que reforça a característica militar do território que tem relação com a ação e as estratégias geopolíticas, ou seja aspectos relacionados com a abordagem política do território, sua interpretação ou participação.

1.3 OS DESDOBRAMENTOS DA AÇÃO DO ESTADO NA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO

Palacin (1994), coloca que a o território goiano tem sua origem relacionada com o desmembramento da Capitania de São Paulo, fato esse que propiciou a criação das Capitanias de Goiás e, também, do Mato Grosso em 1741. Corroborar com essa leitura, (PRADO JÚNIOR, 1972) ao destacar que a penetração para o interior só se adensaria na primeira metade do século XVIII, quando da descoberta do ouro em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás. Em 1748 foi o ano em que as bases territoriais dessas novas capitanias foram delimitadas, sendo que somente em 1749, na Capitania de Goiás teve início o primeiro governo geral, fato esse que estabelece a identidade político administrativa do território, esse fato representa o surgimento da identidade político-administrativa do território goiano.

Assim, segundo Palacin (1994) no ano de 1822, com a proclamação da República as províncias receberam o nome de Estado⁵. Esse passou por diversas fragmentações por causa de problemas de articulação dentro do território.

Essas dinâmicas territoriais ocorridas em Goiás serviram de pano de fundo para um processo de transição de um território com estrutura rudimentar com uma produção destinada à subsistência, para um espaço que foi sendo incorporado à produção nacional em ligação com o Sudeste. E, sobre essa modificação, Arrais (2013) coloca que:

O território goiano, ao mesmo tempo que aumentou a produtividade também reforçou os vínculos com o Sudeste brasileiro, pois insumos e máquinas e implementos agrícolas, além da cadeia química (especialmente fertilizantes) eram e ainda são importados. (ARRAIS, 2013, p. 46).

⁵ Até o início do século XVIII, do ponto de vista geopolítico, o território brasileiro não possuía limites claramente estabelecidos, apesar do reconhecimento prévio da área pertencente a Portugal através do Tratado de Tordesilhas (1494). Para Andrade (2000 e 2001), no século dezoito a preocupação do governo colonial era questão dos limites entre o território colonial e seus vizinhos na América do Sul, aliás, datam desse período, por exemplo, o Tratado de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777). Com isso, o interior representava um espaço distante da realidade das áreas costeiras. (LUZ, 2009 p.102).

Nessa perspectiva, esse território passou a servir de local de absorção da produção excedente da região sudeste do Brasil. Pois, desde o início o sistema de produção alimentar no território goiano era conduzido basicamente por uma força de trabalho familiar, explorando as áreas mais férteis para a produção de grãos e uma pecuária igualmente extensiva. De forma geral, por um lado, havia a grande propriedade, com criação de gado e plantação de alguns tipos de cultura e, por outro, as pequenas unidades de subsistência que, em geral, atendiam às necessidades básicas de manutenção da família rural.

No contexto histórico, os pressupostos da modernização do território goiano foram estabelecidos a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, por meio da criação de políticas de colonização, interiorização e integração econômica. Em suma, “O processo de modernização do campo brasileiro é reflexo do desenvolvimento do nosso parque industrial, iniciado a partir da década de 1930”, (GIANNOTTI, 1999, p. 36).

Em um parêntese que explica a infraestrutura deficiente em Goiás, pode-se dizer que, de acordo com Estevam (2004, p. 11), o aspecto de “atraso” é o “obstáculo” ao desenvolvimento que observava em Goiás. O que estava relacionado, segundo o autor, à questão da baixa incidência populacional e a falta de vias de comunicação interregional. Na extensão econômica o latifúndio e a pecuária extensiva, além da débil produção agrícola, eram observados como dificultadores a esse desenvolvimento.

Ainda segundo o autor, a decadência do ouro foi fator preponderante para a formação da agropecuária que, outrora, serviu como amortecedor da produção aurífera e tinha o intuito de tornar mais baratos os bens alimentícios nas regiões das minas. Estevam (2004), destaca que o desenvolvimento da agropecuária ocorreu a partir da migração de atividade das populações que estavam envolvidas na produção aurífera e que passaram a trabalhar na mesma com a decadência da mineração. O mesmo autor observa que em Goiás predominava o uso de técnicas inadequadas e de insumos, ou seja, a agropecuária era precária, apenas uma pequena porcentagem de propriedades que faziam uso de insumos, prevalecendo o uso de coivaras, no que tange ao manejo do solo para o plantio.

Como a região apresentava infraestrutura deficiente, além de uma pequena concentração de população, isso dificultava a ligação com os centros econômicos do País. Era necessário, portanto, incrementar o desenvolvimento local. Fato que foi impulsionado pela

criação de importantes núcleos urbanos, casos de Goiânia⁶ que teve sua pedra fundamental lançada em 1933 e Brasília fundada em 21 de abril de 1960.

Outro exemplo que ilustra o início das mudanças ocorridas nas áreas de Cerrado foi criação da Fundação Brasil Central (FBC). De acordo com Maciel (2011), atribui-se a esse órgão a missão de apoiar a implantação de uma rota de comunicação que ligaria o Rio de Janeiro à Manaus. Para isso, foram oferecidas condições estruturais para adentrar o território goiano pelo sul-sudeste de Goiás até chegar a Aragarças no Mato Grosso, o que marcou não só a vida da população local como também do Estado, que passaria a estar em contato mais rapidamente com a vida do resto país, (MACIEL, 2011).

Pois existia uma fragilidade real na ligação da capital, Rio de Janeiro, com Manaus. E, assim, a FBC teve como objeto abrir locais para o pouso de aeronaves e linhas de comunicação para estreitar essa distância. Tal processo também atendia aos interesses do Estado preocupado com a existência de áreas “vazias” no interior do país, especialmente dada à condição limítrofe com os demais países do continente, (grifo nosso). Um pensamento que assolava os governos da época, os quais acreditavam que se um território não fosse devidamente ocupado e habitado, o mesmo poderia ser invadido por outros Estados se, os mesmos, considerassem necessário. (MACIEL, 2011).

Enquanto isso, a indústria nacional crescia apoiada pela estrutura criada durante o Estado Novo. Nesse quadro econômico, no período de 1945 a 1950, favorável à produção agrícola e industrial, os salários cresceram e a inflação anual permaneceu em patamares razoáveis, variando entre 10% e 15% ao ano, segundo dados do IPEA (2009). A grande questão que tomava conta das discussões e resoluções sobre economia era a postura liberal que se confrontava com a prática intervencionista nacionalista que marcou o Estado Novo. (MACIEL, 2011).

No segundo governo de Vargas (1951 – 1954), tornou-se mais evidente esse confronto que atingia a cena política e social. Naquele período, o discurso passou a ser mais nacionalista e popular e se alastrou pelos diversos setores da vida social e econômica. Sua política esteve voltada para o desenvolvimento industrial autônomo e independente e, para isso, foram feitos novos investimentos nos setores de infraestrutura, como energia e

⁶ A cidade de Goiânia, atual capital do Estado de Goiás, foi formada a partir das transformações políticas que marcaram a história do nosso país na década de 1930. Contudo, o projeto de mudança da capital goiana já era discutido anteriormente. Isso porque a Cidade de Goiás, primeira capital goiana, criada no século XVIII, havia sido fundada em razão da atividade aurífera naquela época. Após o período do ouro, essa justificativa não mais valia e as cidades envolvidas com a criação de gado e o desenvolvimento da agricultura, mais alocadas ao sul, passaram a ter maior importância para Goiás.

transporte. A criação do Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 visava justamente dar apoio e financiar os investimentos neste setor. O novo banco buscou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), criado para estudar e planejar a economia latino-americana com o objetivo de ajudar na superação do seu subdesenvolvimento. Apesar dos esforços, a indústria nacional continuava restrita aos bens semiduráveis e dependentes das importações dos produtos da indústria pesada, (MACIEL, 2011).

Entre 1950 e 1954 (2.º período Vargas), a economia explicitara a necessidade de converter sua restringida indústria num processo específico de industrialização, ou seja, de instalar a indústria pesada. Nesse sentido, foram importantes os estímulos estatais diretos e indiretos para os setores de infraestrutura, indústria de base e autopeças, esta última como o embrião da futura indústria automobilística (CANO, 2000, p. 169-170)

Por isso, em consonância com o discurso nacionalista, Vargas desde o primeiro governo (1930-1945) procurou também desenvolver uma política de substituição das importações como forma de desenvolver a indústria nacional e superar o subdesenvolvimento. Emerge nesse contexto, os ideais de políticas de crescimento econômico para o Brasil por meio da industrialização por substituição de importação (ISI) a ser financiada pelo Estado e pelo capital externo. Os mais nacionalistas pregavam a necessidade de controle estatal da infraestrutura do país (energia, transportes, etc.) e das indústrias de base, deixando as outras atividades ao setor primário e às multinacionais. Desse modo, essas empresas eram aceitas, mas com certas restrições, baseadas nos interesses nacionais, (WELFFORT, 1980).

O discurso nacionalista de Vargas, na segunda fase (1951-1954), entrou em conflito com os interesses de expansão do capital sob influência norte americana. Um aspecto que passou a predominar no país nos governos subsequentes. Isso, criou problemas no relacionamento econômico com os Estados Unidos da América, mas não atingia diretamente as multinacionais, que continuavam a ingressar no país. Nesse mesmo período, a política econômica norte-americana mudou, reduzindo os financiamentos que eram realizados entre os Estados para dar preferência aos empréstimos privados.

É preciso fazer uma distinção entre a fase do processo de substituição de importações e o processo de substituição iniciado com as negociações durante e após a Segunda Guerra Mundial. No caso, a partir da siderurgia nacional, seriam lançados os alicerces de uma industrialização cujo empreendimento estaria sob responsabilidade do empresariado nacional.

A condição política do fortalecimento e desempenho da elite empresarial seria o explícito acordo de classes.

No desenvolvimento, verificou-se uma espécie de mudança nos itens das importações. Com o novo tipo de industrialização não seria mais necessário importar automóveis e eletrodomésticos, mas, em contrapartida, importavam-se mais equipamentos pesados e tecnologia, ao mesmo tempo impulsionou a produção agropecuária nacional. No entanto, o processo de diferença entre os dois momentos estava nos termos do controle do processo e não na mudança dos itens de importação ou de substituição de importações.

O nacionalismo de Vargas não o colocava contra a entrada de capitais estrangeiros, enfim necessários ao seu projeto; mas a ênfase do processo estava no fortalecimento do empresariado nacional. Na fase desenvolvimentista, cuidava-se prioritariamente de acelerar a ocupação do espaço produtivo nacional pelo recurso ao capital estrangeiro sem a preocupação com o aspecto do fortalecimento do empresariado nacional.

A rápida industrialização do país era vista como a condição ao desenvolvimento, uma possibilidade de arrancar a nação do estágio de economia subdesenvolvida. E o preço desse progresso foi o reforço à entrada dos capitais estrangeiros, dessa vez bastante diversificada quanto à sua origem e a aceitação dos termos de sua alocação e benefícios.

O que esses resultados têm como novidade não é o fato de expressar apenas a expansão industrial, mas também uma nova geração urbana, tendo por sua marca variáveis econômicas, culturais e políticas, entre outras, “que a cada momento histórico dão uma significação e um valor específico ao meio criado pelo homem”, (SANTOS, 1996, p. 111).

Nas décadas de 1960 e seguintes, ainda persistia uma visão de que o Cerrado não oferecia potencial para exploração produtiva o que foi contraposto com os avanços provenientes da modernização agrícola, impulsionados pelas ações políticas governamentais. Essas foram preponderantes para a nova configuração do Cerrado que começaria a se desenvolver nas décadas posteriores. Uma vez que a utilização de técnicas advindas do uso de insumos no manejo do solo, atingiria uma produtividade equivalente a gerada nas terras do Sul e Sudeste. Ademais. Isso representou e influenciou no aumento do fluxo de migração para a região, especialmente, Brasília.

De acordo com Giannotti (1999):

O processo de mecanização do campo brasileiro é reflexo do desenvolvimento de nosso parque industrial, iniciando a partir da década de 1930, porém só foi consolidada a partir de 1950, quando se instalaram as primeiras indústrias de

máquinas no Brasil, resultado de transferência de firmas internacionais para regiões propícia para a expansão e reprodução do capitalismo. (GIANNOTTI, 1999, p. 36).

A política internacional voltada para abertura da economia brasileira foi definitivamente implantada no Governo de Juscelino Kubistchek, período de ocorrência do Plano de Metas (1956-1960), política essa percebida de forma evidente no discurso presidencial na mensagem ao Congresso Nacional em 1957⁷. O que Giannotti (1999) coloca e que esse modelo de desenvolvimento não se desassocia completamente da dependência do capital externo.

No qual a agricultura, nesse contexto, torna-se fornecedora de mão de obra para o setor urbano industrial. Também “Não se pode esquecer que de 1952 até 1960 ocorre a expansão da rede rodoviária interna (de 12.000 km aumenta para 32.000 km), possibilitando a integração de novas regiões a nova divisão do trabalho.” (GIANNOTTI, 1999, p. 37-38). E, com a criação de Brasília a partir de 1950, a agropecuária recebe um novo impulso no que tange a expansão de novas fronteiras.

Com a abertura de rodovias federais, interligando essa região com as partes mais desenvolvidas do país, contribuiu para reduzir o problema relacionado com a deficiência da comunicação com grandes centros. E, conforme destacamos, a criação de Goiânia e Brasília, trouxeram consigo uma gama de infraestruturas de transporte e telecomunicação, com o restante do país, fundamentais para estruturar a o território do Cerrado e, especialmente, o território goiano.

A expansão de novas fronteiras foi responsável para que essas áreas desenvolvessem uma produção voltada principalmente para o mercado externo, caso que acontece nas práticas agropecuárias que ocorrem nas áreas de Cerrado na atualidade.

E, todo esse cenário, serviu para concretização do processo de expansão capitalista no campo, pelo domínio tecnológico na agricultura, despertando o interesse dos agroexportadores por suas terras, antes vistas como improdutivas. Assim, a partir dos anos de 1970 começou a desenhar uma nova estrutura fundiária para a região, motivada pelo processo

⁷ “Ainda no que toca a política geral, outra medida que o governo atribuiu grande importância refere-se à atração dos empresários estrangeiros que, com sua técnica e o seu capital poderão prestar valiosa ajuda na construção de nosso parque industrial. São condições essenciais de uma política, cambial e monetária[...] Fato de grande importância, ocorrido em 1956 foi o renascimento do interesse dos capitais estrangeiros pelo desenvolvimento industrial do País. Esse renascimento deve-se principalmente ao clima de confiança que o novo governo conseguiu estabelecer no Exterior. A verdade é que se transformou inteiramente o conceito da relação ao Brasil, e o nosso País está ocupando o primeiro lugar como mercado para capitais estrangeiro.” (OLIVEIRA, Juscelino Kubistchek, Mensagem ao Congresso. Câmara Federal, 1957, Rio de Janeiro apud GIANNOTTI, 1999, p. 36)

modernizador do espaço agrícola do Cerrado, o que Bernardes e Freire Filho (2006) chamam de casamento do espaço com a técnica.

Enquanto, Frederico (2008), refere-se à Marcha para o Oeste e o Plano de Metas do Governo Federal o como os principais elementos para a produção desse novo contexto no Cerrado. As regiões de Cerrado estavam abertas para o meio técnico, que não era intensivo, uma vez que poucos estavam inseridos nesse processo. A partir da utilização de novas tecnologias que, aos poucos, foram se estabelecendo, foi sendo reescrita a história da agropecuária nas regiões do Cerrado. E, conforme o autor, a agropecuária se torna importante porque gera divisas, mas a partir da crise do petróleo na década de 1970, a produção agropecuária exigiu mais investimentos para atender à crescente necessidade de divisas externas. A produção para a exportação se tornou uma realidade e foram abertas as portas para o investimento das empresas internacionais, cada vez mais presentes no território brasileiro ocupado pelo Cerrado.

Para Frederico (2008), após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o Brasil passou por um processo de tecnificação do território que estava em crescente expansão no que tange a urbanização, quando se fez necessário um aumento na produção de alimentos para sustentar o crescente aumento populacional. Fator que possibilitou o processo de mecanização da agricultura e com o auxílio de insumos e implementos agrícolas, além da criação de empresas de pesquisas e investimentos por meio de crédito, influenciando na criação dos Complexos Agroindustriais (CAI).

Frederico (2008), também, levanta a questão da importância da Marcha para o Oeste e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) tiveram na questão de crescimento dessa agricultura mecanizada em terrenos pobres, no sentido de fraco para a plantação como no caso do Cerrado, onde eram utilizadas práticas rudimentares de plantio e, quando o solo empobrecia, plantava-se capim e a terra passava a ser explorada pela pecuária extensiva.

Para exemplificar esse processo Lacerda Júnior (2004), em seu estudo sobre a modernização da agricultura e as transformações no espaço rural e urbano do município de Rio Verde (GO), ressaltam que a agricultura passa a depender bem menos das condições naturais para obtenção de seus bens, ao mesmo tempo em que amplia o uso de insumos provenientes da indústria (tratores, implementos, produtos químicos). Tudo isso constitui elemento determinante da dinâmica desse setor. Também, Lemes e Mendes (2011), ao analisarem a produção familiar na Comunidade Coqueiro em Catalão (GO), apresentam algumas das várias transformações acentuadas por esse processo de inserção da agricultura moderna, afirmando que:

Vivenciou-se, na década de 1980, com a expansão da soja, bruscas transformações espaciais. As áreas que apresentavam um predomínio de vegetação natural, uma pecuária extensiva foi, num intervalo pequeno de tempo modificadas. [...] As propriedades foram “limpadas” cedendo lugar a uma nova paisagem. As paisagens naturais cederam lugar à formação de pastagens com outras variedades de forrageiras, os solos receberam uma cobertura de calcário. A vegetação de troncos tortuosos cedeu lugar às vastas áreas de monocultura de soja ou a pastagens formadas. (LEMES E MENDES, 2011, p. 98).

As modificações podem ser percebidas no tocante aos aspectos físicos, econômicos, e, principalmente, nos sociais e culturais. De acordo com Silva (2006), as atividades agrícolas possibilitaram a (re)organização econômica instaurada pelo processo de modernização agrícola. Com isso, ocorreram também mudanças nas relações sociais de trabalho, uma vez que se torna frequente a substituição da mão de obra humana pelas máquinas modernas.

Assim, com a modernização da agropecuária ocorreram transformações também na cidade, o que fez com que houvesse um estreitamento na relação cidade-campo. Para Frederico (2008) isso acontece porque a modernização da agricultura traz consigo empresas e aparatos que dinamizam as cidades, mudando a forma de viver das pessoas onde ocorre o fato.

A adoção do padrão agrícola brasileiro no modelo de desenvolvimento da década de 1970, baseava-se na necessidade de incorporar um padrão tecnológico para elevar a produtividade da terra em consonância com os interesses, também da Revolução Verde⁸. O principal instrumento que viabilizou este processo foi a utilização do crédito rural, que segundo Silva (2006):

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sistematizado nos termos da Lei n.º 4.829, de 1965, assinada pelo Presidente Castelo Branco, criava uma linha de crédito para ser distribuída e aplicada de acordo com a política de desenvolvimento direcionada à produção rural brasileira. (SILVA, 2006, p. 37).

Segundo o autor, esse crédito tinha como objetivo o suprimento de recursos financeiros por meio de entidades públicas, além de estabelecimentos de crédito particulares, direcionados a produtores rurais ou a suas cooperativas, tinha como foco a aplicação

⁸ A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington. Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940. Esse programa surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que aumentassem a produtividade. Isso se daria através do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas.

exclusiva em atividades que se enquadrassem nos objetivos específicos do crédito rural que seriam:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo. (Lei n.º 4.829, de 1965 apud em SILVA, 2006)

Dessa maneira, o crédito rural ficava restrito especificamente ao campo do financiamento das atividades rurais, adotando modalidades de operação que suprissem as necessidades de custeio e de comercialização da produção, garantindo capital para a aquisição de tecnologias e, mesmo, de terras em novas regiões de fronteiras. O Estado de Goiás teve sua ocupação marcada por este processo. A partir das correções feitas nos solos da região caracterizados como de Cerrado, Goiás apresentou condições positivas para favorecer o avanço da modernização agrícola no país.

Sobre a questão a apropriação do território goiano, Arrais (2013), coloca que a modernização ocorrida traz uma nuance de caráter positivo a partir da década de 1950, quando a região passou consumir um mais insumos em sua produção, cada vez mais tecnificada, o que reforçava o discurso de modernização da época. O mesmo buscava um equilíbrio das contas públicas com base em uma política de exportação de bens primários.

Nesse cenário se projetou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), especialmente o II PND. Também, conforme Arrais (2013, p. 45) “A partir da década de 1970, especialmente com a lógica dos Complexos Agroindustriais, (CAI), tornou-se mais difícil separar a agricultura da indústria”.

Dessa forma, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento PND I, ocorrido no governo Médici (1972-1974), tinha em sua pauta grandes projetos de integração nacional em: infraestrutura com vias de transportes, corredores de exportação, telecomunicações, ponte Rio-Niterói, rodovia Transamazônica, hidrelétrica de Três Marias, barragem de Itaipu, entre outras; além de planos especiais de desenvolvimento regional; programas de expansão dos investimentos estatais e uso da capacidade regulatória do Estado: empresas públicas que eram integradas às políticas do governo, (FONSECA E MONTEIRO, 2007)

E na década de 1970, durante os governos militares, desenvolveu-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979). Em específico, o II PND foi posto em prática entre 1975-79, durante a gestão Geisel. Esse plano é considerado a mais ampla experiência de planejamento econômico no Brasil depois do Plano de Metas. Ele teve uma importância fundamental na consolidação do processo de substituição de importações ocorrido no Brasil. Um dos objetivos do II PND era o de solucionar o problema de dependência externa decorrente do desequilíbrio intersetorial. Por isso, comportava uma série de investimentos no setor de bens de capital e de bens intermediários. Todavia, para realizar todos os investimentos exigidos pelo II PND, seriam necessários, logicamente, recursos financeiros, (FONSECA E MONTEIRO, 2007).

E, acrescentam sobre o II PND:

À luz do exposto, podemos afirmar que os dados empíricos por nós trabalhados referentes à conjuntura do II PND apontam na direção de corroborar as hipóteses formuladas na introdução deste trabalho. Não há dúvidas de que o II PND é um plano " politicamente determinado", se por isto se entender seus *condicionantes políticos* — no caso, principalmente o fato de ter sido formulado e implementado em um contexto no qual o governo que ora assumia presenciava o fim do " milagre brasileiro" e, com ele, inviabilizava-se a retórica da busca de coesão através do expressivo desempenho da economia. O plano, neste aspecto, prestava dupla colaboração: alentava a possibilidade de manter o crescimento e, ao mesmo tempo, contribuía para propiciar um clima favorável às mudanças políticas pretendidas, consubstanciadas no projeto de distensão política. Este acenava para a legalização do regime autoritário através de mecanismos de dominação racional, com a adoção de regras formais do estado de direito, proposta que vinha desde 1964 e ora ganhava impulso com o fim do "milagre" e a ascensão do novo governo. (FONSECA E MONTEIRO, 2007, p. 45, grifos dos autores)

Pode-se verificar que basicamente o plano pretendia tornar legítimo e legal as condições, internas e externas, para que o mesmo fosse posto em prática, tendo em vista que o interesse do plano não era uma simples retomada do crescimento, mas, dar novos rumos para a industrialização brasileira, além do enfoque na expansão da fronteira agrícola do país.

Essa gama de situações que foram se acumulando com o passar das décadas, serviu de pano de fundo para que as áreas de Cerrado fossem palco de um processo de intervenção e apropriação por parte do poder central, modificando a agropecuária predominante nessas áreas, passando de uma prática "rústica" para agora utilizar práticas imbricadas pela modernização e na produção agropecuária globalizada. "É a globalização capitalista nesta forma particular que, portanto, é considerada inevitável." (MASSEY, 2008 p. 128, grifo nosso).

Ainda hoje, países como o Brasil são produtores e exportadores de bens primários. Exportam esses produtos e importam bens que passaram por processo de agregação de valor. Com o processo de industrialização do campo que acontece nas últimas décadas, tal relação tende a agregar mais valor no próprio país.

Assim, o termo modernização vem imbricado de diversas concepções. A "modernização" e o adjetivo "moderno" entraram para o vocabulário popular como termos que denotam algo novo que faz parte do presente, ou seja, que é atual e muitas vezes considerado mais avançado e melhor, (grifos nossos). O caso da agropecuária não difere dessas noções gerais, pois é perceptível pode-se perceber que a modernização trouxe consigo os avanços técnicos e melhoria de produtividade, além dos problemas de ordem social, como por exemplo a expropriação do homem do campo.

O processo de modernização não pode ser confundido com modernismo, pois ele é resultado de uma ação do Estado, principalmente do Estado Novo, quando é realizada a política da "Marcha para o Oeste" onde se intensificava a integração da produção de Goiás com o Centro-Sul. (GIANNOTTI, 1999, p. 35).

Assim, a modernização é um conceito extremamente complexo e abrangente, porque engloba um enorme conjunto de transformações que se processam na estrutura econômica, social e política de um território. Por isso é importante perceber as nuances que permeiam esse conceito, assim:

É importante entendermos que as transformações tecnológicas, ao mesmo tempo em revitalizaram as estruturas econômicas, políticas e sociais, também impuseram a esclerose destas mesmas estruturas e processos, por que o desenvolvimento do Brasil se, de um lado, revolucionou os modos de produzir e as relações sociais de outro carrega o passado e não consegue superar a dependência e o subdesenvolvimento. E a modernização da agricultura não foge a essa regra da presença do moderno e do atraso um dos paradigmas de nossa sociedade. (BRUNO, 1997, p. 4).

A modernização trouxe consigo a indústria voltada para as atividades do campo, segundo Oliveira (1993, p.100), "a expansão capitalista tendo agora a indústria como centro motor da divisão do trabalho". O que corrobora com a leitura de Bruno (1997 p. 6), "ser moderno significa produzir e reproduzir-se numa sociedade onde a agricultura se encontra cada vez mais subordinada as regras do capital". A modernização, cada vez mais, provocou o "aguçamento da concorrência fizeram surgir novas e sofisticadas técnicas de gestão e de controle dos trabalhadores rurais", (BRUNO, 1997, p. 5).

Assim, foram modificados os meios de exploração desse trabalhador, que antes trabalhava apenas para o seu sustento e, agora, atende às demandas do mercado, por meio da

“ruptura das formas tradicionais de dominação”, (BRUNO, 1997, p. 5). Portanto, “o processo de modernização conservadora da agropecuária nacional foi marcado por uma exclusão autoritária das classes sociais do acesso aos mercados de dinheiro, trabalho e terras.”, (PIRES e RAMOS, 2009, p. 419). Por meio desse processo o trabalhador expropriado da zona rural vai morar nas cidades e ser mão de obra das empresas, inclusive, nas que surgiram para atender as novas demandas da produção agropecuária moderna.

Todavia, esse fenômeno não ocorreu de maneira automática, o assalariamento prescrito no Estatuto do Trabalhador Rural (1963) contribuiu para a precarização e agravamento das condições de vida no campo. De acordo com Prado Júnior (1979), esse mecanismo não abarcou as múltiplas formas de emprego no campo brasileiro, impedindo assim que trabalhadores, meeiros, parceiros, não fossem contemplados pelas garantias trabalhistas como décimo terceiro e férias. Trata-se de um modelo que não estabelece condições para o um desenvolvimento efetivo, ou seja, um modelo conservador e excludente.

1.4 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E O DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL

Para Palmeira (1989), o setor agrícola a partir dos finais da década de 1960, mas com mais ênfase na década de 1970, absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados “insumos modernos” ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção, ainda, integrou-se aos modernos circuitos de comercialização, (grifo nosso).

Mazzali (2000), sobre os Complexos Agroindustriais (CAI), aponta que as estratégias das empresas do setor agroindustrial tornaram evidentes as mudanças que se deram nas relações entre as empresas e demais setores da economia, ou seja, a “questão das novas relações emanadas do processo de externalização/terceirização das atividades agrícolas; estreitamento das relações e de interações sistemáticas com os fornecedores”, (MAZZALI 2000, p. 151). O desenvolvimento agroindustrial e, mesmo, a geração de empregos não alteraram as condições socioeconômicas do país, reduzindo as desigualdades existentes.

Trata-se de uma dinâmica complexa, na qual o tradicional e o moderno estão em constante embate. Tanto no que se refere a produção para a subsistência como para atender os distribuidores e clientes envolvidos na produção voltada para o mercado de *commodities*⁹.

E no caso do Cerrado, enquanto fronteira de expansão, as exigências do mercado ampliaram uma gama de segmentos, pois foi necessário aumento do consumo de agrotóxicos, também foi preciso corrigir a acidez do solo característica das áreas de Cerrado. Com isso aumentou o uso de insumos e, neste caso, em específico “o calcário era imprescindível para a correção da acidez do solo”, (ARRAIS, 2013, p. 46).

Essas transformações alteraram a agricultura tradicional, conforme Ottobeli (2005, p. 16):

[...] chama-se agricultura tradicional, o conjunto de técnicas de cultivo que vem sendo utilizado durante vários séculos pelos camponeses e pelas comunidades indígenas. Estas técnicas priorizam a utilização intensiva dos recursos naturais e da mão de obra direta. A agricultura tradicional é praticada em pequenas propriedades e destinada à subsistência da família camponesa ou da comunidade indígena, com a produção de grande variedade de produtos.

Por exemplo, Rionato (2005), observa que na produção de subsistência “Suas práticas de plantio são caracterizadas pelos *cercados*, plantação de subsistência de trabalho familiar” (RIGONATO, 2005, p.68). Todavia, existe uma estreita relação do agricultor com o bioma, sendo que as práticas sociais cotidianas da comunidade são pautadas nas atividades agrícolas e seu ciclo produtivo obedece a dinâmica da natureza, onde estes estabelecem suas relações de trabalho de forma a utilizar a força de trabalho da família.

Todavia, esse modo de vida foi alterado com a modernização da agricultura pela “reestruturação do sistema produtivo agrícola, fundamentadas no meio técnico – científico informacional e articulada hegemonicamente pelo capital, colocam em xeque os *modus vivendi* cerradeiros [...]”, (OLIVEIRA E HESPANHOL, 2012, p.03). O que mudou consideravelmente o modo de vida desse homem “[...] com sua base de saberes únicos. Isso porque, esse processo vem suplantando a diversidade ecológica, substrato usado como palco,

⁹ Commodity, como o seu plural commodities, é um termo de língua inglesa que significa mercadoria, é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. Usada como referência aos produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. (RIOS, 2013 p. 06)

no qual historicamente acontece a vida desses Povos”, (OLIVEIRA E HESPANHOL, 2012 p.04).

Trata-se de um processo de expropriação do homem do campo, do qual foram tiradas as condições tradicionais de subsistência. Silva e Mendes (2012), inclusive, explicam que com esse processo os agricultores familiares enfrentaram dificuldades para se inserir no mercado, pois as práticas de investimentos e as políticas foram destinadas aos detentores do capital e não são direcionadas para atender as especificidades socioculturais existentes.

Logo, o processo de modernização da agricultura foi conservadora e excludente, que ocorreu no Brasil foi um acordo político entre a burguesia que surgia e os possuidores de terras gerou condições para formação de burguesia dependente, que “não conseguiu apresentar um projeto de poder autônomo e hegemônico para a nação, conduzindo-a, portanto, para os trilhos de uma economia dependente, [...] subdesenvolvida em termos estruturais e autocrática.” (PIRES e RAMOS, 2009, p. 412).

No Brasil, não aconteceu uma transformação que abarcasse toda a sociedade de forma consistente. O que ocorreu foi a aliança entre os donos do capital e os grandes latifundiários, assim o pequeno agricultor, ocupante do Cerrado por gerações, ficou alheio a esse processo se tornando um mero “peão” no processo, (grifo nosso). Esse fato teve como consequência uma dificuldade de acesso a posse da terra, ficando essa cada vez mais concentrada na mão de grandes proprietários rurais, fazendo com que o processo de expropriação do trabalhador rural, acentua-se ainda mais.

Fernandes (1974) aponta que a revolução burguesa no Brasil ocorreu nos padrões de desenvolvimento existente nos vários tipos de capitalismo, entre eles o capitalismo industrial. Aqui o desenvolvimento capitalista teve repercussões diferentes nas fases que marcaram a evolução interna do capitalismo, como por exemplo; a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior; a desagregação completa do antigo regime e de suas sequelas ou, falando alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção¹⁰, troca e circulação; e a superação de estados relativos de subdesenvolvimento e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza.

A modernização conservadora nas estruturas produtivas da agropecuária reforçaram a característica concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários que prevalece no país

¹⁰ Temática discutida em: MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

desde os primórdios de sua ocupação, por exemplo, a Lei de Terras que foi criada para regulamentar o acesso à terras no País data de 1850¹¹.

Outro exemplo que está presente no contexto atual se verifica na ocorrência de casos de grilagem de terras. Nos quais os problemas advindos do conflito pela posse e regularização das terras são cada vez mais graves, contribuindo para expulsar do campo o agricultor familiar e alterar a base da produção voltada para a subsistência. Uma vez que esse processo acaba por ampliar a concentração das terras. É o sertanejo que habitava o lugar passa se refugiar nas zonas periféricas dos centros urbanos. Para Palmeira (1989), isso é uma causa exclusiva da modernização da agricultura, pois o “êxodo rural” é anterior a esta modernização. De acordo com o referido autor, no Brasil se estabelece o marco desde a década de 1930, tendo esse êxodo ligado a questões tais como ora as secas do nordeste, a industrialização e a urbanização. O que propõe Vianna (2007):

O processo de industrialização de transição do capitalismo produziu diversas mudanças estruturais na economia brasileira no período de 1930 a 1980. Dentre essas mudanças, merecem destaque aquelas que configuram uma estrutura econômica diversificada, resultado do esforço estatal de criação de ramos industriais relativos a bens de produção e consumo durável, imprescindíveis a uma autonomização reativa do processo nacional de acumulação e aplicação de recursos fiscais. (VIANNA, 2007, p. 19).

O que fez existir, ao final dos anos 1970, uma economia diversificada que causou um efeito migratório tanto direcionado para os principais centros urbanos como para áreas de expansão da agropecuária. No caso do Estado de Goiás, em específico, partes desses fluxos migratórios foram subvencionados, ou seja, foram atraídos de forma direta e indireta, quer em virtude dos empregos gerados por empresas instaladas nos municípios ou pela expansão e diversificação da estrutura produtiva que ocorreu com a entrada das empresas que recebiam incentivos fiscais do Estado.

Para Silva e Mendonça (2012), a agricultura voltada para o capital estabeleceu uma junção entre negócios e ciência dando a entender que a produção agrícola não era mais

¹¹ A Lei de Terras criada em 1850 determinou que as terras fossem adquiridas por meio da compra e não mais por meio da posse como era feito até então. É importante lembrar que nesse momento da história surgiram leis abolicionistas que promoveram o fim do comércio de escravos africanos para o Brasil. A alternativa encontrada foi a utilização do trabalho livre dos imigrantes europeus que vieram em grande quantidade para trabalhar nas lavouras de café. Os grandes fazendeiros receando que esses trabalhadores adquirissem terras e promovessem uma concorrência econômica, criaram estrategicamente a Lei de Terras. Ao atribuir alto valor às terras, somente os ricos latifundiários teriam condições de comprá-las. (AGUIAR, 2003).

voltada para o sustendo familiar e sim para o comércio e a produção de *commodities*, passando a necessitar cada vez mais de investimentos. Para estes autores, o processo de modernização da agricultura inseriu, a mesma, no sistema econômico e modificou as relações dos pequenos produtores baseadas essencialmente na família, terra e trabalho, o que acirrou as dificuldades de inserção no mercado.

Inclusive, com a expansão do setor mercantil de alimentos não seria viável investir em pequenas propriedades e, a partir de determinado momento, esse sujeito que ali habitava não seria útil para o meio ao qual ele outrora pertencia, dando lugar a máquinas e técnicas em busca de mais produtividade. Com a expropriação esse sertanejo foi habitar na cidade e, agora, passou a ser um trabalhador do campo que habita, não mais o sertão, mas, as regiões periféricas urbanas.

O Estado de Goiás é reflexo de um seguimento das atividades agrícolas vindas do sudeste brasileiro. E no que tange produção agropecuária, o estado é destaque no País. É o quarto maior produtor nacional de grãos, conforme informações do Instituto Mauro Borges (IMB, 2012). A relação cidade/campo tomou outras proporções graças à interdependência e a subordinação interregional e intersetorial. As atividades agroindustriais iniciadas nesse processo subordinaram a agricultura e a transformaram em extensão da indústria. “O que está acontecendo é a subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade” (IANNI, 1984, p.161).

Conforme Oliveira (1997),

Por fim, com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm se desenvolvido no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (agricultura, a pecuária e outros, por um lado, e a indústria, o comércio, etc., por outro), vai ser soldada pela presença na cidade do trabalhador boia-fria do campo. As greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades (OLIVEIRA, 1997, p.26).

As relações entre campo e cidade mudam em virtude da modernização agrícola. As diferenças entre o campo e a cidade se confundem nesse processo em que os atores e agentes não se diferenciam nem se destacam, pois estão interrelacionados. Inclusive, as políticas regionais indicam políticas para o desenvolvimento que objetivam garantir as condições reais desejadas pelos que controlam o capital, tanto na cidade quanto no campo.

As regiões pobres, ou atrasadas, são aquelas onde o processo de modernização não se tornou efetivo, mas cumprem um papel de fundamental importância no desenvolvimento econômico do Estado.

A partir da década de 1970, com a necessidade mundial do aumento das *commodities* agrícolas, verificou-se a expansão da produção de grãos no Cerrado e, a partir de 2005, foram incrementadas as lavouras de cana-de-açúcar, sendo que a área colhida passou de 42.207 hectares em 1970 para 1.023.730 hectares em 2010, segundo dados do IPEA (2014). Assim para Santos e Silveira (2001), a demanda nas exportações está diretamente ligada à transformação do uso do solo.

Conforme Calaça (2000), ao contrário de outros, os produtos que se destinam à exportação e a industrialização reduziram a produção de produtos destinados ao consumo interno que são típicos da agricultura familiar, como por exemplo, a área colhida na região Centro-Oeste de arroz, foi reduzida em 785.954 ha, entre 1970 e 2010. Por sua vez, os destinados ao mercado externo, a exemplo da soja ampliou a área colhida em 9.848.301 ha, entre 1970 e 2010, conforme dados do IPEA (2014).

Nesse contexto, por extensão a dinâmica econômica do Estado de Goiás deve ser interpretada a partir dos interesses econômicos do Sudeste, pois a dinâmica industrial daquela região polariza e orienta a distribuição das atividades econômicas em Goiás.

Estevam (2004, p.65), afirma que:

Em síntese, no final do século XX sedimentou-se no imenso espaço de Goiás um caleidoscópio de população e um intrincado mosaico de relações inter-regionais. Enquanto, pouco a pouco, o centro-sul entrelaçava-se com Minas Gerais e São Paulo, o norte mantinha-se alheio em suas convivências particulares.

Em síntese, tal processo gera a drenagem da renda do campo pelas cidades, ou seja, o trabalhador que outrora habitava o campo e dele tirava seu sustento, agora reside nas periferias urbanas e se tornou um trabalhador urbano que exerce sua profissão no campo. E dele agora retira seu sustento por meio de um pagamento mensal. Portanto, ele retira essa renda (salário) da zona rural e a leva consigo para a cidade, enfatizando essa drenagem.

A incorporação das terras do Cerrado pelas atividades de caráter capitalista moderno, incrementados a partir da década de 1970, mostram uma nova dinâmica socioespacial no Estado de Goiás comandada, primeiro, pelo surgimento dos Complexos Agroindustriais e, posteriormente, pelo agronegócio que será discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DA MICRORREGIÃO DO MEIA PONTE

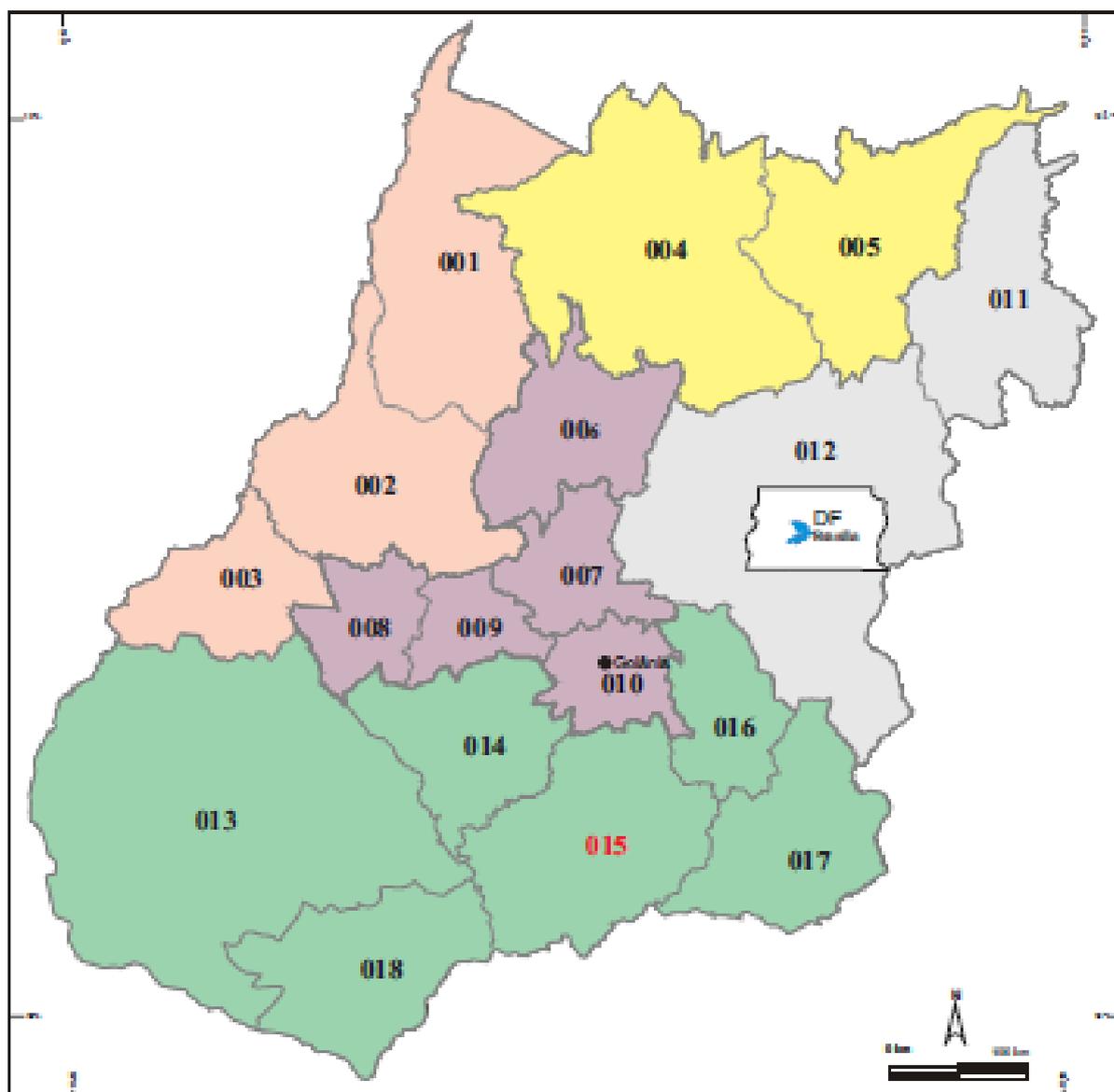
O Estado de Goiás teve seu povoamento sustentado por atividades econômicas e empreendimentos que estão distribuídos diferentes regiões do estado, a saber: Norte, Leste, Noroeste, Centro e Sul Goiano. Essas regiões estão subdivididas em dezoito microrregiões, definidas pelo IBGE por meio da Resolução da Presidência da República nº 11, de 5 de junho de 1990, "como um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração".

Por sua vez, as microrregiões compõem as mesorregiões e essas apresentam especificidades quanto à organização do espaço tais como: estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral, entre outras, podendo ainda resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares.

Nesse sentido, o Estado de Goiás está subdividido em 18 Microrregiões Geográficas: Chapada dos Veadeiros, Porangatu, Aragarças, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Entorno do Distrito Federal, Vão do Paraná Anápolis, Anicuns, Ceres, Goiânia, Iporá, Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois. Conseqüentemente, é importante compreender a diferenciação histórica, econômica, social e política que estabelece as especificidades da dinâmica regional, (ver Ilustração 2):

O objetivo geral deste capítulo é analisar a dinâmica da agroindústria ocorrida no Cerrado enfocando a microrregião do Meia Ponte. Como objetivos específicos busca compreender como ocorreu o processo de modernização na agropecuária nas áreas de Cerrado; enfatizar o agronegócio região e sua dimensão agroindustrial, o seu significado, características e importância; identificar os distritos agroindustriais existentes nos municípios que fazem parte de seu território, além das principais indústrias e especializações produtivas nesses municípios.

Ilustração 2 - Divisão do Estado de Goiás em Mesorregiões e Microrregiões, 2014.



LEGENDA	
Leste Goiano	Noroeste Goiano
001 São Miguel do Araguaia	011 Vão do Paraná
002 Aragarças	012 Entorno de Brasília
003 Rio Vermelho	
Norte Goiano	Sul Goiano
004 Porangatu	013 Sudoeste Goiano
005 Chapada dos Veadeiros	014 Vale do Rio dos Bois
Centro Goiano	015 Maia Ponte
006 Ceres	016 Pires do Rio
007 Anápolis	017 Catalão
008 Iporá	018 Quirinópolis
009 Anicuns	
010 Goiânia	● Capital



Fonte:

DERGO - Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás - Mapa Rodoviário Estadual - 1997

IBGE - SEPLAN-GO/SUPERGEOSTAT - Mapa Microrregional - 1992

IBGE - SEPLAN-GO - Sistema de Informação Geográfica - 2007

Elaboração: Borges (2007)

Organização: Luz (2014)

Assim, analisaremos as dimensões que essas transformações proporcionaram em âmbito, das mesorregiões e microrregiões geográficas, no caso específico deste trabalho a mesorregião Sul Goiano e microrregião do Meia Ponte.

2.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NAS ÁREAS DE CERRADO

A década de 1970 representa um período importante para a modernização da agricultura brasileira. De acordo com Lopes (2006, p. 30) “E é através da produção agrícola e das necessidades decorrentes dessa atividade que vastas parcelas do território se inserem no processo técnico, científico e informacional.”. É nesse cenário em que se verifica a inserção do Cerrado no processo de modernização da agropecuária.

Para Pedroso e Silva (2005) sobre a inserção do Cerrado no cenário agrícola brasileiro:

O que impulsionou a inserção dos cerrados nas áreas produtivas, e consequentemente o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste, foram alguns programas específicos implementados nessa região. Dentre os principais, pode-se destacar o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados). O POLOCENTRO foi criado em 1975 e teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial. (PEDROSO; SILVA, 2005, p. 22-23)

Os programas, implementados na região Centro-Oeste, foram preponderantes para que fossem seguidos os caminhos do desenvolvimento tomados a partir de 1960, mas principalmente na década de 1970. Para Lopes (2006), entende-se por modernização da agricultura “a mudança de bases técnicas e produtivas, e que pode culminar, como ocorreu no caso brasileiro, na industrialização do setor.”, (IDEM, 2006, p. 35). Mas em contrapartida, essa modernização deve “ser compreendida na relação espaço-tempo, não sendo aconselhável, portanto, restringi-la às mudanças de base técnica e o aumento da produtividade.”, (ARRAIS, 2013, p. 44).

A mudança de base técnica modificou o modo de produzir cultivares no solo do Cerrado, pois, com a correção da acidez do solo poder-se-ia aumentar substancialmente a produtividade. O que ampliou o interesse pela aquisição de terras nessas áreas, influenciando a estrutura fundiária local, ou seja, a forma como as propriedades rurais estão distribuídas, segundo suas dimensões.

A principal característica da estrutura fundiária brasileira é o predomínio de grandes propriedades. No Brasil as propriedades com área superior a 1.000 hectares correspondiam a 39,6% em 1970, um percentual que subiu para 44,4% em 2006, segundo dados do IBGE (2014). Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos, pois, no país ela funciona, ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais, (OLIVEIRA, 1987).

No que tange a base da estrutura fundiária regional, em Goiás também predomina o quadro de grandes propriedades (mais de 1000 ha). Ou seja, em 1970 eram 47%, passando para 46,9% em 2006, um valor percentual que se manteve praticamente inalterado, conforme dados do IBGE (2014). Um quadro marcado pela concentração de terras, com a crescente expulsão dos pequenos proprietários. Lopes (2006), destaca que os cultivos provenientes da agricultura familiar, deram espaço a cultivares de caráter exportador, caso das monoculturas que foram acolhidas aqui e se tornaram uma marca da agricultura voltada para o mercado externo.

Também para Lunas e Ortega (2003), a incorporação do Cerrado se apresenta com a implementação de cultivares que não eram comuns nessa região como é o caso da soja, por exemplo, além de inserção de outras variedades de milho, uma cultura que já era tradicional. Tais culturas ocuparam o lugar do padrão instaurado nessas regiões, caso da pecuária extensiva e produção de alimentos básicos. Diante desse panorama, as políticas públicas, cederam e integraram/subordinam essas áreas num só processo produtivo conectado aos mercado.

A modernização territorial¹² implantada no Brasil teve direta relação cidade/campo, em que o território foi ocupado desde o início, tendo a cidade como ponto de apoio à produção no campo, modernização essa que sob a ótica do modo de produção capitalista, as relações de trabalho estavam em sintonia ou obedecia a lógica capitalista de produção, como afirma Castilho (2014)

As políticas que viabilizaram a expansão agrícola no Cerrado, como todas as políticas agrícolas do país, foram diferenciadas por períodos caracterizados por descontinuidades ou interrupções, tendo como traço comum o caráter concentrador do modelo de desenvolvimento

¹² Castilho (2014), coloca que é fato que precisamos considerar as conexões e as redes e, sobretudo, o modo como são produzidas, onde são distribuídas, por quem e a que fim. Além disso, outra questão importante é entender a forma como a modernização ocorre considerando, por exemplo, as ações e os processos, manobra que exige discutir as relações de poder e, portanto, o sentido político do espaço. Em outras palavras, a espacialização é uma condição basilar da expansão da modernização. Sua configuração é cada vez mais determinada pela formação de redes e conexões, mas principalmente pelas questões políticas, o que justifica a opção em denominar esse processo por “modernização territorial”. (CASTILHO 2014, p. 44;45)

do país.

Não é mais uma novidade a afirmação de que a agricultura, tal como vem sendo conduzida após a revolução agrícola, é uma atividade potencialmente produtora de externalidades. Por outro lado, é uma grande inverdade afirmar que tal modelo, com forte caráter produtivista, não deu certo. (DUARTE; THEODORO, 2002, p. 150)

Apesar das inúmeras críticas quanto às práticas de concentração da produção, de terras e de renda, esse processo de modernização promoveu a interação entre diversos setores produtivos. O que possibilita a acumulação de capital, enquanto avança sob o campo, articulando de forma subordinada a agricultura à indústria, como prática de desenvolvimento. Nesse sentido, a criação de entrada em operação das atividades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), de acordo com Lopes (2006), contribuiu no desenvolvimento e adaptação de técnicas voltadas para a produção agropecuária e o agronegócio.

O que podemos constatar no processo de modernização ocorrido no Cerrado, principalmente, a partir da década de 1970, foi o que Santos (1996) chama de modernizações sucessivas, ou seja, ocorreram uma gama de situações que contribuíram para alterar as estruturas locais e levaram essa região para o patamar atual.

2.2 O AGRONEGÓCIO NAS ÁREAS DE CERRADO E SUA DIMENSÃO AGROINDUSTRIAL

O agronegócio tem em sua composição a agroindústria que, por sua vez, a cada dia está mais presente nas regiões de Cerrado, considerando o processo de industrialização incidente na agropecuária. A agroindústria consiste no setor que transforma a matéria prima advinda da agropecuária, em produtos elaborados, agregando assim, maior valor sobre esses produtos.

No Brasil o setor da agroindústria não é recente, ele está presente desde o período colonial, agregado à desenvolvimento da produção açucareira nos engenhos, também durante a cafeicultura com, por exemplo, a torrefação do café. Porém, foram nas últimas décadas do século XX que passaram a se destacar e diversificar, pois, a partir de meados da década de 1970, ocorreu a expansão da fronteira agrícola baseada principalmente em programas

governamentais como o Programa de Desenvolvimento das Áreas do Cerrado (Polocentro)¹³ que visava incorporar produzir um combustível alternativo em vista dos problemas acarretados pelo primeiro choque do petróleo em 1973.

Além disso, após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento da população e a necessidade de desenvolver as estruturas produtivas exigiu o aumento da produtividade e de novas formas de produzir. Um exemplo dessa dinâmica pode ser visto por meio da criação dos distritos industriais e agroindustriais. Em Goiás, de acordo com informações da agência estatal Goiasindustrial, essa dinâmica tem como objetivo fomentar o setor industrial por meio do desenvolvimento de distritos agroindustriais, com a geração de renda e novos empregos. Para que isso ocorra os investidores recebem apoio financeiro e logístico para se instalar nos Distritos sob sua administração, onde são oferecidas condições pertinentes e adequadas para o desenvolvimento de suas atividades.

Para Mazzali (2000), as estratégias de expansão das empresas do setor agroindustrial, evidenciam as mudanças que se deram, também, nas relações entre as empresas, a “questão das novas relações emanadas do processo de externalização/terceirização das atividades agrícolas; estreitamento das relações e de interações sistemáticas com os fornecedores”. (MAZZALI 2000, p. 151). Dessa forma, a produção agropecuária passou de uma modalidade familiar em particular para uma agricultura que lida com distribuidores, clientes e que se consolida por meio de alianças estratégicas, envolvendo empresas concorrentes.

Para Lisita (2009) a agroindústria pode ser compreendida como multidimensional nos estados do Centro-Oeste, com cada segmento apresentando características e patamares diferentes de desenvolvimento. A autora argumenta que Goiás está na frente desse processo, tendo em vista o como o processo se desenrola no estado.

¹³ A 1ª fase do Programa (1975-1979) foi marcada pela produção de álcool anidro, fabricado em destilarias anexas às usinas de açúcar, utilizado para misturar à gasolina, e com isso possibilitar a economia de divisas derivadas da importação de petróleo. Em Goiás, os reflexos dessa fase são observados somente nos municípios de Santa Helena e Goianésia que apresentam um aumento de aproximadamente 150% na área de cana-de-açúcar colhida, passando de 2.000 ha para 5.000 ha em cada município (IPEAdata, 2009). A 2ª fase (1979-1986) é iniciada com o 2º choque do petróleo que aumentou ainda mais de preço no mercado internacional. É caracterizada pela produção de álcool hidratado para atender o consumo nascente e em ascensão dos veículos movidos exclusivamente a álcool. Nessa fase há uma grande ampliação das destilarias anexas e o surgimento de destilarias autônomas, ocorre um grande crescimento do volume produzido de álcool, que passa de 3.396,4 mil m³ em 1979, para 10.539,3 mil m³, em 1986. Este período consolida a produção sucroalcooleira em Goiás, ao longo do eixo Norte-Sul do Estado, conformação induzida pelas principais vias de escoamento (MIZIARA, 2009) e marca a expansão da cultura para a Microrregião Meia Ponte, através do município de Itumbiara (CARVALHO e CARRIJO, 2007 apud ABDALA e CASTRO, 2010).

Assim, Goiás traz em seu território uma gama de benefícios que incentivam o desenvolvimento da atividade agroindustrial, crescimento do mercado consumidor, infraestrutura, incentivos fiscais, disponibilidade de terras, entre outras características. Aspectos que impulsionam as atividades locais e agregam mais interesse e importância para o crescimento do agronegócio, articulando redes de forma direta e indireta.

Dessa forma, Mazzali (2000) demonstra que essas novas relações e a nova forma de organização em forma de redes substituíram os complexos agroindustriais, dando origem a novos vínculos mobilizadores de serviços essenciais para o funcionamento dessas agroindústrias, tais como: transporte, limpeza, entre outros. O que de forma positiva enxuga a parte administrativa da empresa e, por consequência, gera redução de custos, porém por outro lado gera desigualdade entre os trabalhadores. Essas desigualdades são, principalmente, de cunho salarial, onde as empresas terceirizadas pagam menos a esses trabalhadores do que os funcionários do quadro administrativo da empresa que contrata a terceirizada.

Na transformação da agroindústria, Mazzali (2000) destaca ainda que os padrões estáveis que os produtores devem adquirir para que possam ser competitivos, dando exemplos de casos de produtores de suínos e aves e também de pecuaristas. Inclusive, apontando a necessidade de intervenção do Estado no segmento.

Por exemplo, no caso da citricultura, o Estado interviu de uma maneira que teve forte resultado na questão da elevação da produtividade, além de redução de custos e preocupação com qualidade. Tais configurações foram moldando as relações onde as empresas começam a fechar parcerias estratégicas integrando competências que complementem as atividades, com o intuito de conquistar ou ampliar mercados e formas de melhorar a produção através de aquisição de tecnologias e ampliação de financiamento para os seguimentos.

Mazzali (2000) a partir da década de 1990 tornou-se evidente as formas de organização em rede do segmento agroindustrial. E acrescenta que o mesmo se encontra:

[...] perfeitamente delineado e a partir de regras bem definidas e onde as empresas não se constituem como agentes isolados de um ambiente e sim parte de uma organização em que dentro da Multidimensionalidade eles estabelecem relações múltiplas de diversos aspectos. (MAZZALI, 2000, p. 154).

Assim, Mazzali (2000) delimita por meio das especificidades da estrutura interna a distinção entre redes verticais e redes horizontais. Na qual as redes verticais “são organizadas em torno de uma empresa pivô, em geral uma grande empresa, e em sua essência tem a

estreita articulação de atividades” com um número de fornecedores e distribuidores tendo influência por parte de uma empresa coordenadora, exercendo essa, mais uma vez, grande influência sobre a ação desses agentes.(MAZZALI, 2000, p. 157-158). Essa rede pode gerar um ambiente que é propício a novas oportunidades de lucro.

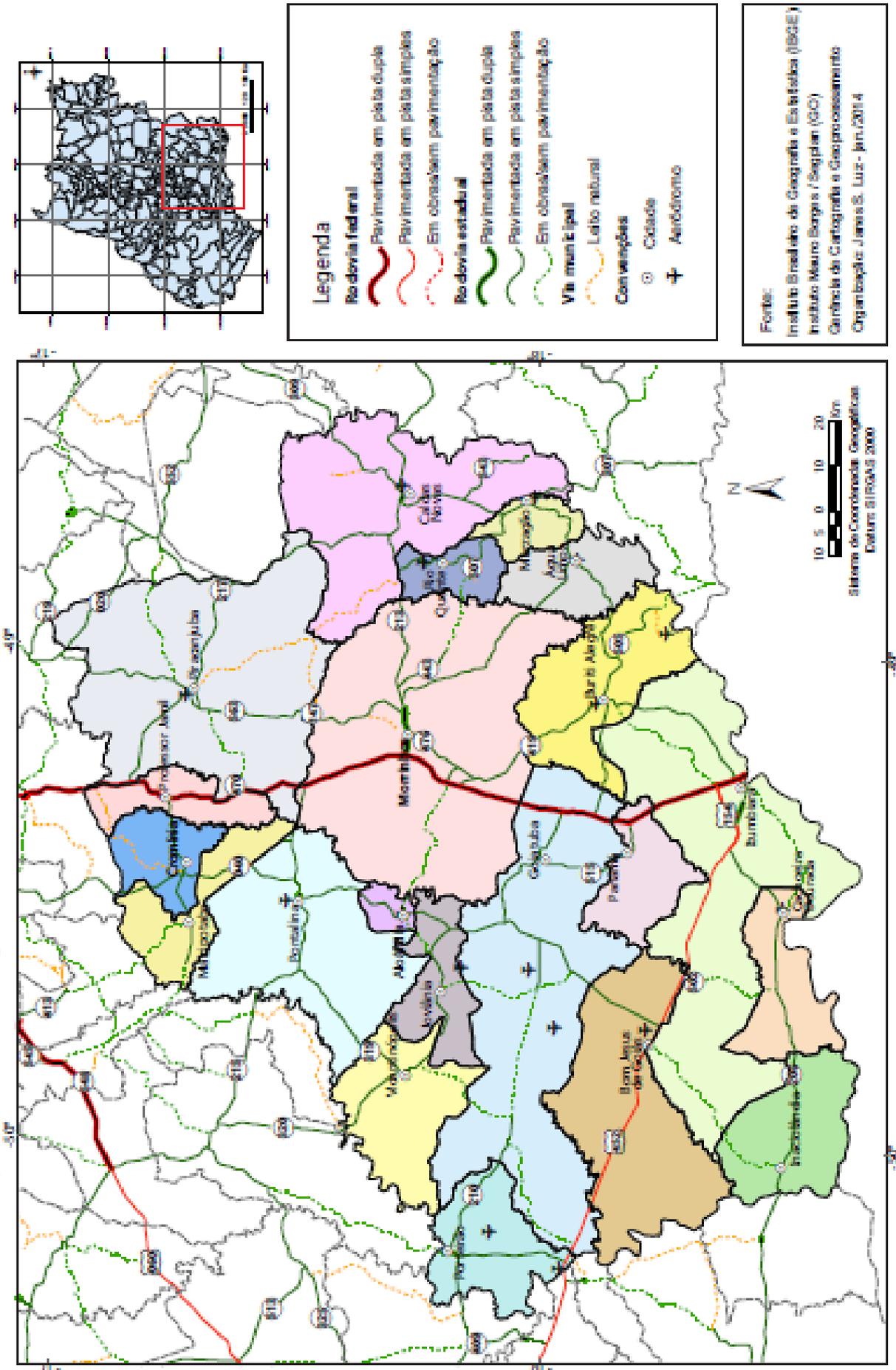
As redes horizontais, segundo Mazzali (2000), vão se desenvolvendo através de parcerias entre empresas concorrentes, tendo como o objetivo de adquirir novos conhecimentos e ter acesso a novos mercados. Pois o setor agroindustrial é um setor dinâmico e flexível ao mesmo tempo em que se resguarda para manter essa situação. Por exemplo, as empresas deixam de lançar produtos novos no mercado com o intuito de preservar suas marcas.

É com base nessas características supracitadas podemos constatar que a atividade agropecuária passou por intensas modificações, tanto a jusante como a montante, no que tange a forma produzir e levar seus produtos ao consumidor final, em função da adoção de novas tecnologias e que tem na agroindústria um exemplo de destaque.

2.3 A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA MICRORREGIÃO DO MEIA PONTE: CONTEXTO ESPACIAL E CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE NA DIMENSÃO REGIONAL

A microrregião Meia Ponte, integrante da mesorregião Sul Goiano, é uma das principais unidades político-administrativas do Estado de Goiás, contendo atividades econômicas ligadas, principalmente, à produção agropecuária e a agroindústria, além da presença de cidades onde o turismo se destaca. É formada pelos municípios de Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente e Vicentinópolis, totalizando 21 abrangendo uma área de 21.327,25 km². (Ver Ilustração 3)

Ilustração 3 - Mapa político da Microrregião do Meio Ponte (GO), 2014



No contexto histórico, conforme Oliveira (2006), a ocupação do território Sul Goiano, onde se posiciona a microrregião do Meia Ponte, inicia-se nas primeiras décadas do século XVIII com o caminho dos Goyazes¹⁴, sendo anterior e bem mais remoto que o descobrimento das jazidas auríferas. Porém, com a intensificação do uso desse caminho, o mesmo deixou de ser apenas uma rota dos bandeirantes e passou a ter suma importância como rota para Minas Gerais.

Apesar do caminho dos Goyazes, provavelmente, ter origem bem mais remota, foi somente com a descoberta das jazidas auríferas que passou a adquirir importância, deixando de ser apenas o caminho dos bandeirantes, tornando-se a principal rota de acesso às minas. As margens do caminho, embora já tivessem sido ocupadas em tempos bem mais antigos por algumas famílias pioneiras, as terras passaram, com a descoberta das jazidas auríferas, a ser cobiçadas por novos entrantes que regulamentados do direito de posse com títulos de sesmarias, começaram a organizar os primeiros sítios e fazendas e a produzir para o abastecimento de gêneros para as regiões mineradoras e, sobretudo, construindo pousos para viajantes e tropas que se deslocavam com relativa frequência em direção ao sertão dos Goyazes. (AMORIM, 1998, p. 06).

Ainda, segundo Oliveira (2006), em virtude de uma série de mudanças a questão da posse de terras sofreu várias transformações como, por exemplo, a questão das sesmarias e da Lei de Terras de 1850, o que fez com que o povoamento da região sul de Goiás tivesse seu início em meio a uma ausência de legislação fundiária.

De modo mais amplo, o povoamento da microrregião Meia Ponte teve início durante a chamada ocupação pecuarista que se estendeu pelo período de 1822 a 1890. Essa fase foi marcada pela entrada, em terras goianas, de criadores e de rebanhos vindos de São Paulo e Minas Gerais pelas vias de penetração que aproveitaram os antigos caminhos da mineração, localizados no sul de Goiás. Essa ocupação fez com que surgissem novos lugares distintos e pouco povoados.

Entretanto, somente no início do século XX, com a chegada da estrada de ferro em terras goianas, a Microrregião começou a se expandir. A mudança da capital do estado para Goiânia e mais tarde a vinda da Capital Federal para a região Centro-Oeste foram fatores determinantes que impulsionaram o seu desenvolvimento. O processo de modernização dos

¹⁴ Entre 1722 e 1725, sertanistas paulistas liderados por Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhangüera) e João Leite da Silva Ortiz, descobriram as Minas dos Goyazes, nas cabeceiras do rio vermelho, afluente da bacia do Araguaia. Em pouco tempo paulistas afluíram para La, criando assim arraiais em torno das lavras, tais como Santa Cruz, Santa Luzia, Meia Ponte e Jaraguá e uma vila planejada, Vila Boa. (PALACIN e MORAES, 1994 p. 51).

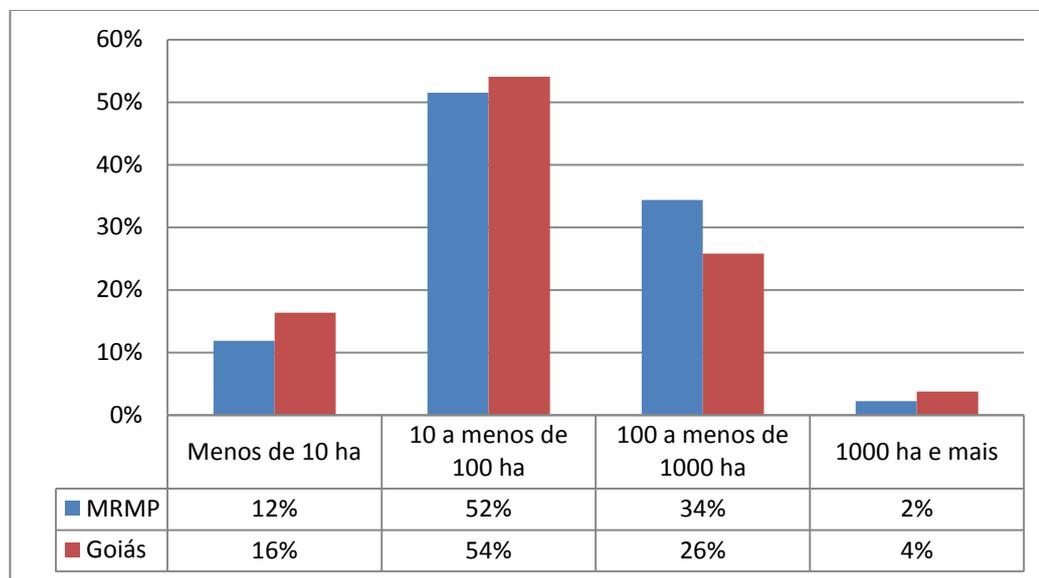
municípios se deu aos moldes do que aconteceu com no Estado de Goiás a partir da década de 1960. Um processo de modernização da agricultura que se estabeleceu com aquisição de implementos e suplementos agrícolas que resultaram em um salto de qualidade na produção da agricultura e, também, na melhoria da pecuária, no que tange manejo e trato. Arrais (2013), destaca que Goiás utilizava insumos que eram provenientes do Sudeste, apresentado o exemplo do uso de tratores no município de Itumbiara (GO), integrante da microrregião do Meia Ponte na década de 1950, quando existiam no município 514 (quinhentos e quatorze) tratores, (ARRAIS, 2013, p. 44-45).

Mas, foi a partir da década de 1970 que e a região ganhou novas feições com a modernização do setor agrícola, com a abertura das áreas do Cerrado para a cultura de soja e a abertura de linhas de crédito agrícola, resultando hoje em uma das microrregiões mais desenvolvidas do Estado.

De acordo com o estudo do Zoneamento Ecológico-Econômico da Microrregião do Meia Ponte sobre as características demográficas, realizado em 1999, confirma a tendência verificada ao longo dos anos para o Estado de Goiás de que haverá a continuidade do crescimento urbano e, conseqüentemente, da urbanização. Esse crescimento é representado por meio de uma taxa de urbanização que se encontra em torno de 84%. Com a população distribuída de forma bastante heterogênea, sendo que mais de 60% de seus habitantes estão concentrados em quatro municípios: Itumbiara, Morrinhos, Goiatuba e Caldas Novas, sendo que o último, atualmente, é o que mais recebe população que migra para a Microrregião, (GOIÁS, 1999, p. 4).

O modelo concentrador característico do Estado é verificado também na microrregião, modelo este que estabelece a propriedade concentrada em mãos de grandes produtores, o que de acordo com Frederico (2008), essa questão reafirma a forma conservadora que veio com advento da modernização ocorrida na agropecuária, pois diminuiu o número de propriedades agrícolas e essa terra ficou concentrada nas mãos de menos produtores, (ver Ilustração 4).

Ilustração 4 – Gráfico comparativo com área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras, Microrregião do Meia Ponte, 2006



Fonte: IBGE (2014)

Pires (2009), destaca que no ano de 1975 o número de propriedades com menos de 10 ha (hectares) em Goiás era de 16.728 (dezesesseis mil setecentos e vinte e oito) propriedades, ao passo que se compararmos com 1996, o número reduz para 12.526 (doze mil quinhentos e vinte e seis) propriedades e, em uma situação totalmente inversa, verificamos que as propriedades com faixas entre 10 e 1000 ha também tiveram crescimento se compararmos os anos de 1975 e 1996, o mesmo acontece com as propriedades com mais de 1000 ha, que em 1975 eram 5.031 (cinco mil e trinta e uma) propriedades ao passo que em 1996 o número de propriedades com essa dimensão subiu para 5.437 (cinco mil quatrocentos e trinta e sete), o que demonstra que houve concentração de terras no período e que a modernização trouxe consigo a aglutinação de terras nas mãos de poucos.

Frederico (2008), acrescenta que as transformações se deram a partir implementação do uso de créditos e tecnologia no campo, denominada de “terceira revolução agrícola”, (FREDERICO, 2008, p. 36). E o processo está ainda mais excludente, deixando as terras nas mãos dos mais capitalizados e, mesmo, estes se tornam submissos aos desígnios das corporações exteriores. E, sendo assim, as grandes áreas são ocupados por grandes propriedades rurais, não havendo mudanças estruturais significativas, no que tange a estrutura fundiária. Porém as relações de trabalho do campo sofreram alterações, passando de relações

tradicionais (parceiros, meeiros), para relações mais modernas de trabalho na produção agropecuária. Tal situação pode ser percebida ao se analisar a Tabela 1 que revela o número de proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. Quando comparados os dados de 1975 com os dados de 1996, verifica-se o decréscimo desses agentes no campo.

Tabela 1 - Goiás: Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor, 1975-1995/1996

Condição do Produtor	1975	1980	1985	1995 / 1996
Proprietário	113.108	122.767	103.695	101.152
Arrendatário	7.688	7.595	9.748	3.965
Parceiro	4.579	3.644	7.947	992
Ocupante	28.160	19.764	9.975	5.682
Total	153.535	153.770	131.365	111.791

Fonte: Pires (2009, p 85).

Então, o reflexo dessas novas relações advindas do processo de modernização da agropecuária ocorrido principalmente a partir da década de 1970, comprova que essa modernização foi excludente. E, isso se condensou em um novo nicho de relação, a mão de obra que trabalha no campo mas com sua residência nas cidades. Agora com uma agropecuária que se volta para uma produção de *commodities*, os agentes de relação de trabalho no campo como os parceiros, por exemplo, não se fazem mais interessantes, pois a aglutinação de terras e a expropriação colocam agentes em outro nível de relação de trabalho totalmente diferente daquele que era praticado anterior ao processo de modernização da agropecuária.

Pires (2009) ao analisar o fenômeno ocorrido em Goiás e na microrregião do Meia Ponte diz que:

Em suma, a implicação do processo de modernização conservadora na estrutura fundiária nas regiões do Estado de Goiás foi determinar um padrão fundiário marcado pela concentração da área dos imóveis em médias e grandes propriedades rurais. Neste sentido, as elites dominantes restringiram o acesso democrático à terra entre as classes sociais, favorecendo, assim, a exclusão de massas crescentes de camponeses do acesso à terra. (PIRES, 2009, p. 90).

Portanto, para Pires (2009) no final do século XX, em Goiás 70,5% das pequenas propriedades concentraram 16,3% da área, ao passo que 8,3% das grandes propriedades aglutinaram 54,3% da área total do estado. No caso específico o Sul Goiano, região onde se localiza a microrregião do Meia Ponte, observa-se a mesma tendência apresentada para o

estado, pois 7,6% do total das grandes propriedades foram responsáveis por 51,3% da área total.

Paralelo à concentração de terras, conforme Cunha (2010), Goiás intensificou seu processo de industrialização mediado pela forte intervenção estatal, através de políticas de incentivo à vinda de empresas e empreendimentos industriais para o Estado. Este processo acarretou significativas mudanças na configuração espacial e na dinâmica socioeconômica do mesmo caracterizado até então pelo predomínio da atividade agropecuária e pela concentração da população na zona rural.

Nessa perspectiva, Dias e Sabota 2010 afirmam:

[...] a política de atração de empresas, materializada pela implantação de distritos industriais e agroindustriais em diferentes regiões deu maior atratividade ao Estado, culminando na instalação de diversos segmentos empresariais, em busca dos inúmeros incentivos governamentais (isenção de impostos, doação de terrenos, construção e melhorias na infraestrutura e nos serviços) e financeiros (Fomentar, Produzir, Fundo Constitucional do Centro-Oeste) oferecidos pelo poder público, na esfera federal, estadual e municipal, objetivando a minimização dos custos de produção e a reprodução do capital.(DIAS e SABOTA, 2010, p. 5)

Um exemplo da ação estatal que contribui para o desenvolvimento industrial e do segmento agroindustrial foi a criação do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar) em 1984. Com o objetivo de estimular a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. A criação do fundo teve como principal resultado o surgimento de um diversificado parque industrial alicerçado num amplo crescimento da agroindústria. O sucesso obtido com o Fomentar possibilitou a criação de um amplo programa de atração de investimentos denominado Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), sendo permitido ao beneficiário migrar de um programa para o outro.

O Produzir tem por objetivo incentivar a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

Por sua vez, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foi criado a partir da destinação de recursos federais para a aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O FCO tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social destas regiões por meio de investimentos no setor produtivo.

A criação de distritos industriais e agroindustriais se enquadra nesta perspectiva de estímulo à industrialização, conciliando as potencialidades naturais do território goiano, com destaque para os recursos minerais, e a tradicional vocação agrícola, bem como pelas condições geográficas favoráveis a implantação industrial, com vistas à obtenção de matérias-primas e fácil acesso aos mercados consumidores, os distritos impulsionaram a economia goiana e atribuíram novo papel ao Estado no âmbito da produção nacional, especialmente através da agroindústria. Além disso, o processo de industrialização e modernização de Goiás fora acompanhado pelo surgimento e crescimento das cidades, pela conversão da população rural em urbana e por inúmeras transformações nas relações produtivas (capital e trabalho) e na relação campo-cidade.

Os distritos industriais foram criados em cidades-polo com o objetivo de congregar um maior número de empresas, conciliando as vocações de cada localidade com a demanda por produtos industrializados.

De acordo com informações da agência Goiasindustrial (2014), observa-se que no estado verifica-se 33 distritos industriais e quase 400 empresas distribuídas em 30 municípios, em todas as regiões do estado. Entre os distritos industriais sob sua gestão destacam-se: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Goianira, Itumbiara, Mineiros, Morrinhos, Rio Verde, Senador Canedo e Uruaçu. Porém quando se trata da microrregião do Meia Ponte, ainda temos além de Morrinhos e Itumbiara, os distritos localizados em Goiatuba, Caldas Novas, Pontalina e Piracanjuba, demonstrando a grande potencialidade dessa microrregião no seguimento do agronegócio.

Com base em levantamentos colhidos em trabalho de campo nas cidades citadas, percebemos que nos distritos agroindustriais que estão no território da microrregião do Meia Ponte, podemos constatar que no distrito de Caldas Novas 11 (onze) empresas estão ali instaladas, sendo que 03 (três) são do seguimento do agronegócio. Em Itumbiara, das 07 (sete) empresas instaladas em seu distrito 03 (três) fazem parte desse nicho; em Morrinhos, das 11 (onze) empresas instaladas em seu distrito 04 (quatro) são do seguimento do agronegócio; e em Pontalina das 06 (seis) empresas instaladas no distrito, 03 (três) são empresas de agronegócio, ou agroindustriais.

Além disso, pode-se verificar na microrregião, em virtude das sedes dos municípios estarem localizadas em acessos logísticos favoráveis, a presença de unidades fora desses distritos agroindustriais, onde são desenvolvidas atividades: sucroalcooleiras, de laticínios, esmagamento de soja, armazenagem de grãos entre outras. O que demonstra a tendência na microrregião dessa prática que se consolidou nas regiões de Cerrado e no Estado de Goiás.

Lisita (2009) discute a questão do desenvolvimento do agronegócio na dinâmica das cidades no Centro Oeste. E reafirma que tal relação campo cidade não pode ser desconsiderada, pois a cidade tem papel de decisão e de centralidade. A autora também ressalta o caso dos minifúndios, da expropriação e concentração de terras. Em suma, o êxodo rural e um dos fatores, para a autora, que influenciaram a questão da urbanização.

O êxodo rural acontece, em virtude da modernização da agropecuária, dotada de maquinários. Bem como das relações que se estabelecem tanto a montante quanto a jusante no campo modernizado. Uma vez que, para se estabelecer no campo e ter sucesso na agricultura moderna, é necessário ter capital. Como o pequeno agricultor não dispõe de recursos ou crédito para se postar em tal segmento, ele se vê obrigado a vender sua propriedade rural e a mudar para a cidade.

Porém, ainda que more na cidade, tanto o proprietário quanto esse trabalhador não perde seu vínculo com o campo, pois agora ele se torna um trabalhador deste agronegócio que surgiu e estabeleceu suas ramificações na cidade. Porém com uma diferença, não mais é um pequeno proprietário, mas sim um funcionário de empresas desse segmento.

Podemos verificar com esse fato, ao destacarmos os dados sobre a população residente na área rural, principalmente a partir da década de 1980. Considerando-se área rural a constituída pela área externa ao perímetro urbano, (ver Tabela 2):

Tabela 2 – População censitária rural municípios microrregião do Meia Ponte, 1980 a 2010

MUNICÍPIO	1980	1991	2000	2010
Água Limpa	1.192	766	646	587
Aloândia	756	533	393	282
Bom Jesus de Goiás	4.918	2.033	1.511	1.474
Buriti Alegre	2.190	1.395	1.347	642
Cachoeira Dourada	-	4.799	4.585	2.897
Caldas Novas	4.358	2.921	2.352	2.759
Cromínia	1.517	1.172	943	880
Goiatuba	8.551	4.775	3.324	2.551
Inaciolândia	-	-	1.181	884
Itumbiara	16.039	7.198	4.307	3.941
Joviânia	2.210	1.316	926	646
Mairipotaba	1.822	1.327	915	804
Marzagão	293	282	259	268
Morrinhos	11.906	7.197	6.061	5.501
Panamá	1.697	1.000	833	647
Piracanjuba	11.468	9.488	7.380	6.475

Pontalina	7.534	4.073	3.174	3.224
Porteirão	-	-	387	418
Professor Jamil	-	-	1.226	978
Rio Quente	-	375	449	473
Vicentinópolis	-	1.656	1.088	1.050
TOTAL: 21	76.451	52.306	43.287	37.381

Fonte: Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Logo o êxodo rural torna-se fato marcante e, conforme a Tabela 2, demonstra que, a partir de 1980, o número de habitantes passou de 76.451 (setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e um) para 37.381 (trinta e sete mil trezentos e oitenta e um) habitantes na zona rural da microrregião do Meia Ponte em ano de 2010. Sendo assim, 39.070 (trinta e nove mil e setenta) habitantes deixaram de morar na zona rural entre 1980 e 2010. Ao passo que essa mudança reflete em um cenário que se estabelecem os subespaços dentro do contexto da microrregião do Meia Ponte. Pois é a partir desse êxodo é que vão se configurando as relações que dar forma a configuração política e também o surgimento de novos municípios, haja vista que dos 21 (vinte e um) municípios que compõe a microrregião do Meia Ponte, 06 (seis) tiveram sua emancipação posterior à década de 1980, conforme vamos discutir no assunto posterior.

2.4 O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NOS SUBESPAÇOS DA MICRORREGIÃO DO MEIA PONTE.

Alguns fatores podem ser observados para determinar a relatividade de um município frente a outro, pois dentro a microrregião do Meia Ponte, verificamos desde a fundação das cidades algumas disparidades, pois temos municípios que datam do século XIX, até municípios que foram emancipados na década de 1990, como o caso do município de Porteirão que foi emancipado em 1995.

Assim, a partir das características populacionais, políticas e socioeconômicas estabelecemos a subdivisão interna da microrregião do Meia Ponte. Um aspecto que pode ser utilizado para definir os subespaços dentro da microrregião do Meia Ponte é a análise de dados censitários, a Tabela 3 mostra a evolução populacional da referida microrregião, a partir da década de 1970:

Tabela 3 – Ano de origem de fundação e população censitária dos municípios microrregião do Meia Ponte, 1970-2010 (cont.)

Origem	Município	População total censitária				
		1970	1980	1991	2000	2010
1958	Água Limpa	2.627	2.226	1.937	2.200	2.013
1953	Aloândia	3.022	2.233	1.992	2.128	2.051
1963	Bom Jesus de Goiás	10.699	11.623	13.851	16.257	20.727
1927	Buriti Alegre	10.471	8.803	8.742	8.718	9.054
1982	Cachoeira Dourada	-	-	8.502	8.525	8.254
1911	Caldas Novas	8.630	11.274	24.159	49.660	70.473
1953	Cromínia	4.277	3.362	3.400	3.660	3.555
1931	Goiatuba	24.579	26.937	32.469	31.130	32.492
1992	Inaciolândia	-	-	-	5.239	5.699
1909	Itumbiara	64.162	78.049	79.533	81.430	92.883
1958	Joviânia	6.768	6.320	6.538	6.904	7.118
1954	Mairipotaba	3.375	2.670	2.665	2.403	2.374
1949	Marzagão	1.044	1.095	1.405	1.920	2.072
1882	Morrinhos	31.672	32.122	32.592	36.990	41.460
1952	Panamá	3.939	2.878	2.501	2.776	2.682
1886/1943	Piracanjuba	22.842	24.095	25.273	23.557	24.026
1938	Pontalina	19.314	19.120	15.409	16.556	17.121
1995	Porteirão	-	-	-	2.823	3.347
1994	Professor Jamil	-	-	-	3.403	3.239
1988	Rio Quente	-	-	837	2.097	3.312
1983	Vicentinópolis	-	-	5.149	6.015	7.371
	TOTAL: 21	217.421	232.807	266.954	314.391	361.323

Fonte: IBGE (2010).

Conforme análise da Tabela 3, de acordo com dados censitários, podemos dividir a microrregião em 03 (três) grupos ou subespaços conforme o quantitativo de população. O grupo A é formado por Itumbiara e Caldas Novas, os municípios mais povoados, sendo que Caldas Novas teve seu crescimento acentuado a partir da década de 1990. O grupo B é formado por municípios intermediários, sediados pelas cidades de Bom Jesus de Goiás, Goiatuba, Morrinhos e Piracanjuba. Por fim, os demais municípios, em um total de 15 (quinze) o grupo C, dentre os quais podemos verificar os municípios de Pontalina e Buriti Alegre os mais habitados deste grupo e Água Limpa e Aloândia os menos habitados.

A mesma situação, quando buscamos estabelecer subespaços dentro da microrregião do Meia Ponte, pode ser verificada, em semelhança ao que ocorre em relação a concentração

de população, também acontece no âmbito socioeconômico. A Tabela 4, apresenta dados que sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS).

Tabela 4 – Produto Interno Bruto e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços dos municípios da microrregião do Meia Ponte, 2010. (cont.)

Origem	Município	PIB		ICMS	
		Valor Total (R\$ mil)	%	Valor Total (R\$ mil)	%
1958	Água Limpa	27.160,86	0,41%	743	0,29%
1953	Aloândia	18.579,71	0,28%	204	0,08%
1963	Bom Jesus de Goiás	291.006,38	4,39%	4.702	1,83%
1927	Buriti Alegre	172.653,66	2,60%	2.381	0,93%
1982	Cachoeira Dourada	415.080,96	6,26%	1.707	0,66%
1911	Caldas Novas	856.443,03	12,91%	22.158	8,62%
1953	Cromínia	43.083,54	0,65%	312	0,12%
1931	Goiatuba	685.025,33	10,32%	24.335	9,46%
1992	Inaciolândia	81.880,76	1,23%	1.112	0,43%
1909	Itumbiara	2.259.728,00	34,06%	155.493	60,47%
1958	Joviânia	84.545,17	1,27%	1.073	0,42%
1954	Mairipotaba	30.855,70	0,47%	132	0,05%
1949	Marzagão	24.410,34	0,37%	646	0,25%
1882	Morrinhos	683.114,77	10,30%	22.675	8,82%
1952	Panamá	44.310,03	0,67%	1.021	0,40%
1886/1943	Piracanjuba	384.217,44	5,79%	4.633	1,80%
1938	Pontalina	184.775,49	2,78%	2.582	1,00%
1995	Porteirão	150.088,45	2,26%	3.472	1,35%
1994	Professor Jamil	27.995,61	0,42%	175	0,07%
1988	Rio Quente	55.958,04	0,84%	4.284	1,67%
1983	Vicentinópolis	114.265,24	1,72%	3.318	1,29%
	TOTAL: 21	6.635.178,51	100,00%	257.158	100,00%

Fonte: IBGE (2010).

As cidades de que detém os maiores PIB são Itumbiara e Caldas Novas. Itumbiara que tem uma arrecadação de R\$ 2.259.728,00 (dois milhões duzentos e cinquenta e nove mil e vinte oito reais) representando 34,06 % da arrecadação da MRMP, com uma arrecadação de ICMS de R\$ 155.493,00 (cento e cinquenta e cinco mil cento e quarenta e três reais) representando 60,47%. Caldas Novas tem um PIB de R\$ 856.443,03 (oitocentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e quarenta e três reais e três centavos) representando 12,91%, porém

com uma arrecadação de ICMS de R\$ 22.158,00 (vinte e dois mil cento e cinquenta e oito reais), o que a aproxima do grupo B.

A mesma situação é verificada também no grupo B, onde temos o município de Goiatuba com um PIB de R\$ 685.025,33 (seiscentos e oitenta e cinco mil vinte e cinco reais e trinta e três centavos) representando 10,32%, mas com uma arrecadação de ICMS próxima do grupo A. Em seguida temos Morrinhos com um PIB de R\$ 683.114,77 (seiscentos e oitenta e três milhões cento e quatorze mil e setenta e sete reais) representando 10,30%, e uma arrecadação de ICMS de R\$ 22.675,00 (vinte e dois milhões e seiscentos e setenta e cinco mil reais) representando 8,82%. Depois, Piracanjuba tem um PIB de R\$ 384.217,44 (trezentos e oitenta e quatro milhões duzentos e dezessete mil e quarenta e quatro reais) representando 5,79% e uma arrecadação de ICMS de R\$ 4.633.000,00 (quatro milhões e seiscentos e trinta e três mil reais), representando 1,80%. Por último neste grupo temos Bom Jesus de Goiás, com um PIB de R\$ 291.006,38 (duzentos e noventa e um milhões seis mil e trinta e oito reais) representando uma porcentagem de 4,39 % na microrregião, além de uma arrecadação de ICMS de R\$ 4.702,00 (quatro milhões setecentos e dois mil reais) representando 1,83 % da arrecadação total.

O grupo C é composto pelos outros 15 (quinze) municípios da microrregião do Meia Ponte, juntos detém apenas 22% do PIB e também apenas 9% da arrecadação de ICMS. Porém um detalhe interessante ao se analisar a Tabela 5 é que o município de Cachoeira Dourada tem um PIB considerável perante os municípios que compõe o grupo B, tendo Cachoeira Dourada um PIB de R\$ 415.080,96 (quatrocentos milhões oitenta mil e noventa e seis reais), um aspecto que tem ligação com a produção de energia elétrica no município.

Outro aspecto que podemos analisar para exemplificar a existência desses subespaços é a análise do número de empregos por setor de atividade na microrregião do Meia Ponte, (ver Tabela 5):

Tabela 5 - Número de empregos por setor de atividade municípios microrregião do Meia Ponte, 2010. (cont.)

Municípios da MRMP	Primário	Secundário	Terciário
Água Limpa	72	1	228
Aloândia	15	19	183
Bom Jesus de Goiás	830	392	2251
Buriti Alegre	312	215	640
Cachoeira Dourada	242	313	787
Caldas Novas	381	2.477	16.015

Cromínia	65	24	314
Goiatuba	3.552	1.080	3.940
Inaciolândia	460	9	416
Itumbiara	1.833	8.320	15.981
Joviânia	223	12	582
Mairipotaba	70	3	138
Marzagão	18	44	164
Morrinhos	1.295	3.591	4.647
Panamá	87	5	266
Piracanjuba	757	358	1.683
Pontalina	401	487	1412
Porteirão	121	343	301
Professor Jamil	50	18	268
Rio Quente	45	107	2.746
Vicentinópolis	229	602	712

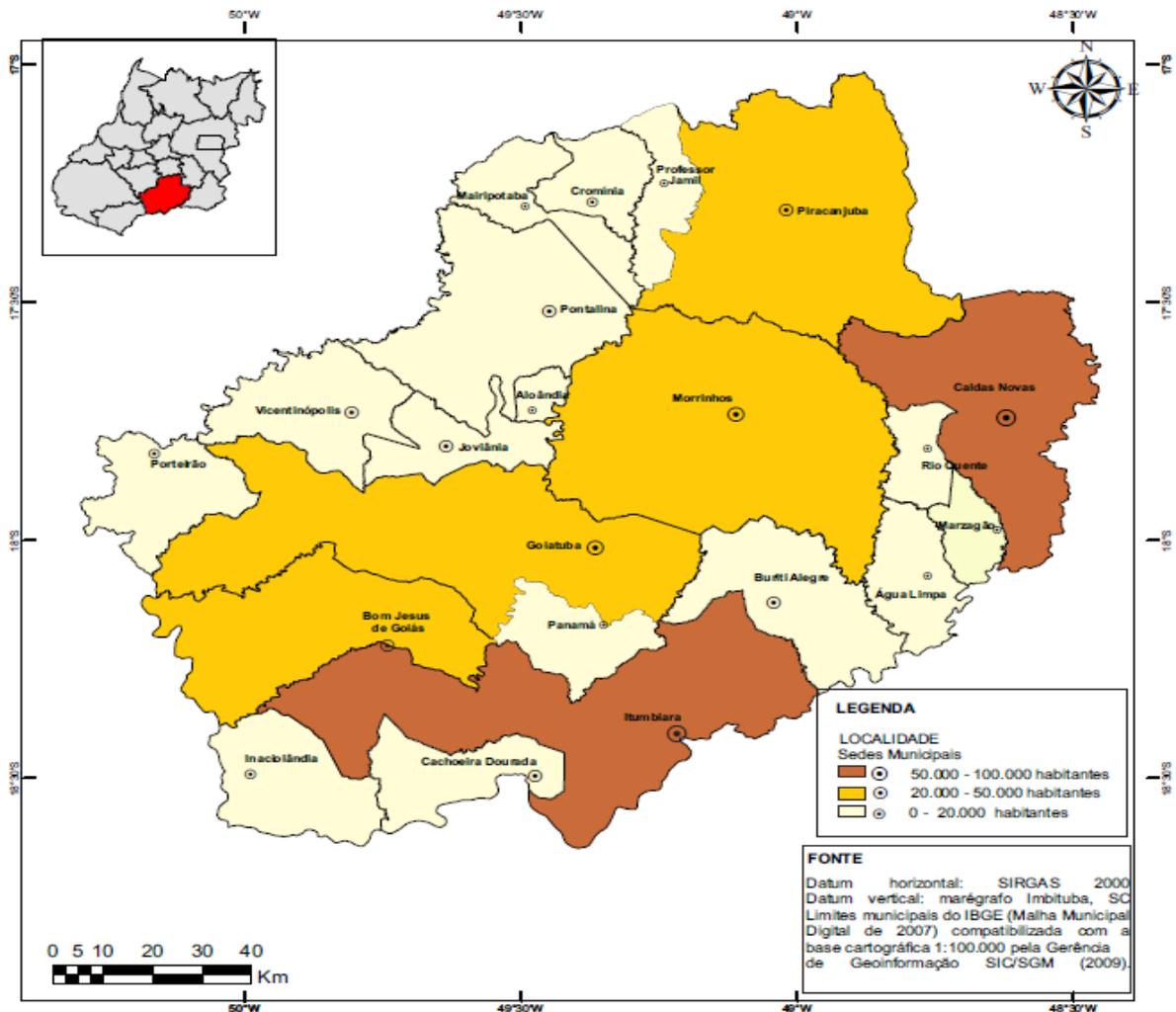
Fonte: IBGE (2010).

Nos municípios da microrregião do Meia Ponte existiam um número total de 83.152 (oitenta e três mil, cento e cinquenta e dois) empregos em 2010. Deste total, 54,1% estão concentrados nas cidades de Itumbiara e Caldas Novas. Entretanto, enquanto Itumbiara lidera no setor secundário, Caldas Novas se destaca no setor terciário com 16.015 (dezesesseis mil e quinze) postos de trabalho nesse setor, sendo que Itumbiara apresenta 15.981 (quinze mil novecentos e oitenta e um) postos de trabalho, demonstrando a força dessas cidades que compõe o grupo A no setor terciário com 58,6% e, no setor secundário com 56,6% dos total geral dos empregos da microrregião do Meia Ponte.

Os fatores se sucedem na consolidação desses grupos a partir da análise desses dados colhidos se reflete também nos grupos B, com Bom Jesus de Goiás, Goiatuba, Morrinhos e Piracanjuba. Todavia, no grupo B o município de Morrinhos é o que possui características mais dinâmicas, o que o aproxima do grupo A. Por sua vez, os municípios do grupo C, apresentam percentuais baixos, exceto Pontalina e Rio Quente, cujo valores os aproximam do grupo B, porém com concentrações um ou outro setor.

A partir desse conjunto de informações colhidas e analisadas, observamos que na microrregião do Meia Ponte é possível uma subdivisão interna, destacando os aspectos demográficos, políticos e socioeconômicos. A partir dessa subdivisão em subespaços que determinamos o objeto de nosso recorte espacial. Depois de analisados os dados das Tabelas 5 e 6 elaboramos o mapa que reflete a situação dessa microrregião, (ver Ilustração 5):

Ilustração 5 – Mapa microrregião do Meia Ponte com divisão de subespaços baseados em numero de população dos municípios, 2014



Fonte IBGE, SIC/SGM (2009).

Ou seja, a partir das informações sobre os subespaços, destacamos um município que compõe o grupo B, o qual apresenta características que sintetizam o conjunto de municípios da microrregião, ou seja, o município de Morrinhos (GO). O mesmo possui um papel de destaque na formação da microrregião do Meia Ponte, pois foi a partir da fragmentação de seu território original é que se formaram os municípios que hoje compõem a referida microrregião, ou seja, foi com seu desmembramento e depois dos conseguintes desmembramentos de municípios que adviram de seu território que originou-se todos os municípios que compõe a microrregião do Meia Ponte.

CAPÍTULO 3 - A DINÂMICA TERRITORIAL EM MORRINHOS (GO)

Morrinhos é um município localizado no sul do Estado de Goiás, distante 130 km da capital Goiânia. Está situado às margens da BR 153, rodovia que liga o Brasil de sul a norte, (ver Ilustração 5). O município se apresenta como atrativo para a fixação e desenvolvimento dos fluxos migratórios subvencionados, ou seja, pessoas que procuram a cidade em busca de empregos gerados por empresas instaladas no município com o advento de programas de incentivos fiscais que o Estado oferece para que estas se fixem em seu território, além dos fluxos espontâneos que para Goiás se deslocam ao longo do tempo.

Ilustração 6 - Rodovia BR 153, trevo de acesso à cidade de Morrinhos, 2014



Fonte: Autoria própria (2014)

A Ilustração 6 apresenta o trevo de acesso a cidade de Morrinhos (GO), às margens da BR -153, por situar-se em uma localização privilegiada, tanto próxima dessa importante via de escoamento, quanto pela proximidade com Goiânia (GO) e, também, com outros centros urbanos importantes como: Caldas Novas (GO) que se destaca no segmento de turismo e Itumbiara (GO), na divisa com o estado de Minas Gerais. Assim, o município de Morrinhos (GO) se torna um centro estratégico na microrregião do Meia Ponte.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO TERRITORIAL DE MORRINHOS (GO)

O processo de modernização do município se desenvolveu aos moldes do que aconteceu no Estado de Goiás a partir da década de 1960, principalmente, na década de 1970. Ou seja, com base em um processo de modernização da agricultura que se estabeleceu com aquisição de implementos e suplementos agrícolas que resultaram em um salto de qualidade na produção e, também, na melhoria da pecuária no manejo e trato.

O povoamento da região sul de Goiás tivesse seu início em meio a uma ausência de legislação fundiária e, em um salto temporal, a questão da chegada dos trilhos da linha Mogiana, (ARAÚJO, 1974). A construção da Estrada de Ferro Goiás, em solo goiano, teve início em 27 de maio de 1911, dois anos após o começo da implantação do trecho localizado na cidade de Araguari, onde está o marco zero da ferrovia. Em 1912, prolongaram-se as obras por mais 80 quilômetros, chegando, à cidade mineira, muito próxima à cidade goiana de Goiandira, por sinal a influência de políticos estabelecidos na cidade de Morrinhos, caso do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, tiveram papel importante na questão do desenvolvimento do município e da região.

[...] Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes considerado um dos homens mais ricos e importante político do sul de Goiás em seu tempo. O Senador foi um ardoroso defensor da expansão da estrada de ferro pelo Estado. Em diversos de seus discursos, como o trecho acima mencionado, sempre está a defender exaltar a ferrovia como um meio de desenvolver o Estado. (AMORIM, 1998, p. 36)

De acordo com Funes (1986), as origens de Morrinhos nos leva à primeira metade do século XIX, período em que ocorre o final da transição da economia mineradora para a agropecuária. Diferente da mineração, quando os primeiros povoados surgiam em torno das minas de ouro descobertas, Morrinhos tem sua origem na pecuária o povoado se formou depois da zona rural estar ocupada com diversas propriedades rurais, onde residiam os familiares em um modelo de povoamento que é conhecido como patrimônio. Esses núcleos, patrimônios, eram ligados ao desejo dos fazendeiros de valorizar suas terras, para tanto, doavam uma parte delas a um santo ou santa de devoção. E, no local após a doação, imediatamente, eram iniciados os serviços e festas religiosas, era construída a capela e junto um pequeno comércio. Depois surgiam casas até se consolidar o pequeno povoado, que no futuro viria a ser uma cidade, como ocorreu com Morrinhos, cujo território original se

fragmentou, formando novos municípios, até chegar a consolidar na área que detém nos dias atuais.

Gomes e Teixeira Neto (1993) deixam claro que esses chamados patrimônios tinham também relação de comércio ou rua sendo essenciais para o incremento da vida religiosa e social das populações do Sul de Goiás, embora também, apresentassem um caráter especulativo.

[...] os especuladores exploravam os sentimentos do homem rural, providenciando um pequeno comércio, com as primeiras construções sólidas, que, progressivamente se transformava num centro gerador de pequenos serviços à população. Esses lugarejos eram comumente chamados de cidades de domingo, porque a frequência à missa dominical proporcionava ocasião para os solitários camponês e satisfazerem a necessidade social de encontrar pessoas, realizar pequenos negócios, batizar crianças, apadrinhar casamentos e gozar os festejos do padroeiro. Das relações sócio-religiosas surgiam interesses socioeconômicos maiores que iam transformando o lugarejo em pequena cidade (GOMES; TEIXEIRA NETO, 1993, p. 75)

Dadas às condições naturais favoráveis oferecidas pelo local onde se estabeleceu, a expansão populacional iniciou simultaneamente com a construção da capela. A população inicial tem origem principalmente mineira, como discutiremos mais a frente. Os primeiros habitantes foram construindo suas habitações rústicas e sem nenhuma estrutura, ao longo do Córrego Maria Lucinda, devido à facilidade para conseguir água para consumo próprio e para os animais. Mas o ponto central da ocupação era a Capela. A sociedade que começou a se formar dedicou-se à agricultura de subsistência e à criação de gado, transformou o ambiente natural e foi criando, aos poucos, um novo ambiente, o urbano.

Oliveira (2006), sobre os primeiros habitantes oriundos de Minas Gerais, destaca como principais municípios de origem: Patrocínio; São Francisco das Chagas; Sacramento; Bagagem; Passos; Brejo Alegre; Campos Belos; Dolores de Uberaba; Varginha; Pitangui; Araxá, entre outras localidades. Portanto os primeiros habitantes foram se estabelecendo, demarcando e ocupando as terras, construindo sítios que depois, deram início ao povoado em 1835, sendo denominado Arraial de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos.

Nesse sentido, o município de Morrinhos teve origem por meio de terras que foram doadas pelos fazendeiros Capitão Gaspar Martins da Veiga e sua esposa Joaquina Maria de Jesus a Nossa Senhora do Carmo em 26 de março de 1845. Conforme Oliveira (2006), em 26 de março de 1845, o Capitão Gaspar Martins Veiga, que por meio de escritura pública, doou cerca de 600 alqueires de terras à padroeira Nossa Senhora do Carmo. Neste mesmo ano, com a Lei Provincial n.º 2 de 02 de novembro de 1845, o povoado de foi elevado à categoria de distrito, o qual foi dado o nome de Vila Bela de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos,

vinculado ao município de Santa Cruz de Goiás¹⁵, sendo elevado em 05 de novembro de 1855 à categoria de município, com a denominação Pela Resolução Provincial nº 2, de 05 de novembro de 1855, foi elevado à categoria de município e sua Sé, à de Vila Bela do Paranaíba, condição suprimida pela Lei Provincial de n.º06, de 19 de agosto de 1859. Essa condição foi restaurada apenas em 19 de julho de 1871, pela Resolução Provincial n.º 463, tendo a denominação de Vila Bela de Morrinhos. Por fim, em 29 de agosto de 1882 pela Resolução nº 686 foi elevado à categoria de cidade com o nome de Morrinhos, (ver Ilustrações 7 e 8):

Ilustração 7 – Cidade de Morrinhos (GO), imagens da Avenida Couto de Magalhães, 1970 e 2012



Fonte: Acervo Museu Municipal de Morrinhos (GO), Autoria própria (2012)

Ilustração 8 - Cidade de Morrinhos (GO), imagens da Rua Barão do Rio Branco, na década de 1970 e em 2012.



.Fonte: Acervo Museu Municipal de Morrinhos (GO). Autoria própria (2012)

¹⁵ O local a sede municipal foi descoberto por Manoel Dias da Silva, no início do desenvolvimento de Goiás, por volta de 1730, sendo considerada uma das primeiras povoações do Estado, fundada simultaneamente com os arraiais da Barra e Meia Ponte, considerado, Santa Cruz de Goiás (na época: Santa Cruz) foi criado como distrito em 1759 e elevado à vila em 1833. Mais tarde anexado ao município de Pires do Rio foi (novamente) elevado à categoria de município com a denominação de Santa Cruz de Goiás em 1947. (AMORIM, 1998, p. 32).

Como pode se verificar nas ilustrações, o espaço urbano do município foi bastante modificado em virtude do desenvolvimento trazido, inicialmente pela produção agropecuária e, depois pelas agroindústrias instaladas em seu território. O que fez com que se desenvolvessem as infraestruturas e o comércio em lugares que antes eram quase pouco ocupados.

3.2 A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A URBANIZAÇÃO

Conforme discutimos antes, a cidade de Morrinhos (GO), desde o princípio, tem sua história ligada diretamente com as atividades agropecuárias, o que acontece até os dias atuais, permeadas pelas relações campo-cidade.

Para Alves e Vale (2013), o que diferencia o espaço urbano do rural é a intensidade da territorialidade, onde no primeiro as relações são mais globais, deslocadas no território, e o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa.

Ainda sobre a temática, Alves e Vale (2013) destacam que Lefebvre (1999), em uma visão marxista e materialista das relações humanas e da produção do espaço, defende que a sociedade urbana se consolidará com a ampliação da cidade:

A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. (LEFEBVRE 1999, p.15 apud ALVES E VALE 2013 p. 38).

No caso de Morrinhos, as agroindústrias estão instaladas tanto na zona rural como também no Distrito Agroindustrial de Morrinhos (DAIMO). Esse que ocupa uma área de 154,88 hectares e conta com ruas asfaltadas e iluminadas além de toda infraestrutura básica para dar apoio às indústrias que ali estão instaladas. Morrinhos está distante cerca de 289 km de São Simão, próximo ao acesso para a Hidrovia Paranaíba/Paraná/Tietê, principal ponto de ligação hidroviária entre o Centro-Oeste e os países do Mercosul. O Nome DAIMO e a referência para a construção do distrito vieram de Anápolis, que possui o DAIA, onde se encontra o maior polo industrial do Centro-Oeste.

Assim, o DAIMO coloca o município, por meio das agroindústrias existentes nele, em um cenário globalizado de continuidades e descontinuidades do território, onde as relações advindas do agronegócio fazem com que o urbano se confunda com o rural e vice e versa. Superando a idéia de uma separação abrupta de campo e cidade, e com um novo cenário de

uma agropecuária globalizada, a partir dos anos 1990, o que faz, “verifica-se, assim, que as relações de complementaridade entre campo e cidade se intensificaram, mas cada parcela do espaço geográfico mantem suas particularidades” (HESPANOL 2013, p. 110).

No município de Morrinhos, atualmente, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), a agropecuária, com cerca de dois mil produtores, é responsável por 53% de geração de divisas do município. E, na pecuária, de acordo com dados da GOIAS (2011), se destaca por possuir a quinta maior bacia leiteira do Estado de Goiás e com 112,007 milhões de litros. Na agricultura, segundo o IBGE 2010, se destacam a cultura de soja, arroz, milho, algodão, abacaxi, banana, feijão, tomate, mandioca, contando também com uma expressiva produção de cana-de-açúcar, foram 1.032.750 toneladas produzidas em 2013, IMB (2014). Na produção de tomate para o uso da indústria o município ocupa o primeiro lugar no ranking do Estado.

Com o crescimento do agronegócio, o setor industrial voltado para atender a demanda deste segmento também se desenvolveu, proporcionando novas transformações físicas, econômicas, como também sociais e culturais para a população do município, devido à reestruturação produtiva, o que segundo Lobo (2004), ao discutir a questão da reestruturação produtiva que:

Harvey tenta compreender as transformações no mundo do trabalho ocorridas após os anos setenta, a partir do confronto entre as ideias de ruptura e de continuidade. O grande problema colocado é: o que há, de fato, de novo na configuração atual do capitalismo no final do século XX e, especificamente nas relações entre capital e trabalho? O que há de permanência? O que se mantém das grandes linhas apresentadas, principalmente por Marx, para caracterizar a sociedade moderna e capitalista e das relações capitalista de produção, tais como se apresentavam no século XIX? A partir desses questionamentos o autor discute o tema e apresenta sua tese: o que se apresenta hoje é um novo padrão de acumulação capitalista, a “acumulação flexível”, em contraposição ao modelo keynesiano-fordista em desaparecimento. O processo de reestruturação produtiva, ou como denomina “produção flexível”, faz parte desse novo modelo de acumulação. (LOBO 2004, P. 1)

Para a autora, a sociedade capitalista contemporânea vem passando por uma série de mudanças nas últimas décadas. Assim, essas transformações estão presentes na esfera econômica, mas também tem implicações nas demais esferas sociais e, assim, no mundo do trabalho e dos/as trabalhadores. Com isso, ocorreram transformações, também na cidade, até mesmo porque essa passou a atender algumas necessidades do campo, o que fez com que houvesse um estreitamento na relação cidade-campo.

Com isso, ocorreram transformações, também, na cidade, até mesmo porque essa passou a atender algumas necessidades do campo, o que fez com que houvesse um estreitamento na relação cidade-campo.

Podemos verificar esse exemplo em Morrinhos (GO), onde as agroindústrias existentes na área do município abastecem seus quadros de funcionários com moradores da cidade. Empresas como a Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM), empresa com destaque e tamanha importância para o município de Morrinhos (GO), e além dela temos a Central Energética Morrinhos (CEM), Dez Alimentos, Indústria Sul Americana de Alimentos Ltda. (CISAL), além da Alimentos Qualitti, Conservas Olé, entre outras.

Essas agroindústrias se encontram instaladas tanto em zona rural como também no Distrito Agro Industrial de Morrinhos (DAIMO), colocando o município, por meio das agroindústrias existentes nele. Um exemplo desse fato se dá na Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM), que se encontra situada, tanto no DAIMO, quanto inserida no próprio espaço urbano da cidade, conforme constatamos nas Ilustrações 9 e 10 :

Ilustração 9 - Agroindústria da COMPLEM, situada no DAIMO, 2014.



Fonte: Autoria própria (2014).

A Complem foi fundada em 1978 por um grupo de 200 produtores de leite. Segundo Paula (2002), a COMPLEM, com sua sede na cidade de Morrinhos, atua nos Municípios de Caldas Novas, Rio Quente, Água Limpa, Edealina, Mairipotaba, Dois Irmãos e Vertente Rica/Morrinhos. Como marco do amadurecimento da cooperativa, implantou-se no Distrito Agroindustrial de Morrinhos (DAIMO), às margens da BR-153, uma nova indústria de laticínio e uma fábrica de ração em operação. Em atendimento à comercialização de seus produtos próprios, mantém filiais comerciais de distribuição nas cidades de Goiânia e Brasília, e ainda distribuidores autônomos em Morrinhos, Caldas Novas, Goiatuba, Itumbiara, Anápolis e São Paulo.

Ainda segundo o autor, o mercado consumidor dos produtos da COMPLEM é basicamente regional, abrangendo um raio de aproximadamente 320km, uma vez que seus produtos são comercializados na Pousada do Rio Quente, Caldas Novas, Itumbiara, Goiatuba, Goiânia, Anápolis e Brasília em menores escalas.

A empresa possui 10 Filiais, além de duas Filiais de Vendas, localizadas em Aparecida de Goiânia/GO e em Brasília/DF. Seu quadro social é constituído de mais de 4 000 (quatro mil) associados, entre ativos e inativos. Atualmente, mais de 600 pessoas trabalham na Cooperativa, incluindo Matriz, Filiais e Complexo Industrial (indústrias de laticínios e de leite longa vida e fábrica de rações), além de gerar inúmeros outros empregos indiretos.

Ilustração 10 - Complexo comercial da COMPLEM situado no espaço urbano de Morrinhos(GO), 2014.



Fonte: Autoria própria (2014).

A COMPLEM, divide-se entre a localização no DAIMO e no espaço urbano, serve de exemplo para demonstrar a continuidade e descontinuidade dos territórios, pois no caso desta empresa suas atividades estão concentradas tanto no distrito agroindustrial quanto no perímetro urbano da cidade, bem como de ter unidades em outras cidades tais como: Água limpa; Aloândia; Aparecida de Goiânia; Brasília; Buriti Alegre; Corumbá; Edealina; Edéia; Indiará; Itumbiara; Pontalina e Rio Quente, além de Morrinhos.

E temos, também, empresas como a Frangos Qualitti e a Produtos Dez, essas agroindústrias se concentram nas bordas da cidade, onde acaba o perímetro urbano e inicia a zona rural, como no caso das outras empresas supracitadas, o que demonstra de forma clara, conforme discutimos anteriormente, que essas agroindústrias absorvem a mão de obra que mora na cidade e trabalha no campo. Podemos ver exemplos dessas agroindústrias ao analisarmos as Ilustrações 11 e 12:

Ilustração 11 - Empresa Frangos Qualitti, situada na saída de Morrinhos para Buriti Alegre, 2014;



Fonte: Autoria própria (2014).

Ilustração 12 - Empresa Produtos Dez, situada na saída de Morrinhos para Buriti Alegre, 2014.



Fonte: Autoria própria (2014).

Esses segmentos agroindustriais que estão instalados na cidade e geram, segundo informações da Prefeitura de Morrinhos mais de 3.400 (três mil e quatrocentos) empregos diretos para os habitantes da cidade, além dos empregos indiretos criados em virtude do, que de acordo com IFG (2013), que realizou Estudos e Pesquisas Econômicas, Sociais e Educacionais sobre as microrregiões do Estado de Goiás – microrregião do Meia Ponte, verificou o desenvolvimento do setor de serviços no município considerando os demais setores, o de serviços respondem por 40,17% dos empregos do município, sendo que somente a agropecuária é responsável por 16,32% dos empregos entre esses setores seguido pela indústria com 15,63% e pelo setor de Serviços com 8,22%. Aliado ao fato de Morrinhos (GO) estar localizado às margens da BR-153, podemos citar a proximidade com a capital do estado, Goiânia (GO), como fator preponderante para o desenvolvimento e instalação de empresas e atividades agroindustriais, bem como os incentivos fiscais por conta de redução de carga tributária oferecida pela prefeitura ou do governo estadual.

Os fatores acima mencionados servem de base para explicar a relação campo cidade que ocorre no município. Pois o setor agropecuário se faz presente com grande força no município, como podemos verificar na Tabela 6:

Tabela 6 – Valores gerados por segmentos agropecuária, Indústria e Serviços por unidades territoriais, 2010.

Unidade territorial	Variável		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Morrinhos	245.165	162.993	345.748
Goiás	5.977.907	11.623.682	27.151.019
Brasil	105.163.000	539.315.998	1.197.774.001

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus(SUFRAMA).

A força no segmento agropecuário, representando 4,1% dos valores gerados por Morrinhos em relação ao Estado de Goiás, ajuda a explicar então o fato das agroindústrias procurem a cidade de Morrinhos para se instalar e, assim contribuem para ampliar o número de empresas do segmento que nele já existiam para fortalecer a relação campo cidade, haja vista que existem mais de 30 (trinta) empresas do segmento agroindustrial no município, sendo que 06 (seis) empresas estão instaladas no DAIMO.

De acordo Silva (2006), pode-se dizer que a cidade de Morrinhos (GO), antes da década de 1950 era essencialmente rural, ou de população predominantemente rural. Segundo a autora, a maior parte das cidades do interior de Goiás, assim como Morrinhos, a população da zona rural era esmagadoramente maior que a urbana e, a partir da década de 1970, seguindo a tendência imposta pela industrialização estadual, progressivamente, houve uma inversão desse processo de ocupação. Ela ainda ressalta que, nesse período o território goiano encontrava-se em processo de modernização da sua agricultura e, com isso, houve a adoção de novas formas capitalistas de produção no campo, o que acabou se configurando como formas liberadoras de mão de obra, (ver Tabela 7).

Tabela 7 – População nos Censos Demográficos por situação de domicílio, 1950 -2010

Ano	Brasil		Goiás	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1950	18.782.891	33.161.506	219.370	791.510
1960	2.004.817	38.987.526	541.469	1.084.907
1970	52.904.744	41.603.839	1.134.242	1.325.765
1980	82.013.375	39.137.198	2.172.965	1.056.254
1991	110.875.826	36.041.633	3.241.119	771.443
2000	137.755.550	31.835.143	4.390.660	605.779

2010	160.925.792	29.830.007	5.420.714	583.074
------	-------------	------------	-----------	---------

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1950-2010)

Em termos mais amplos em 1950, residiam na zona rural, aproximadamente, 64% da população brasileira, em 1960 o percentual passou para 55% e caiu, em 1970 para 44%, sendo que os dados de 2010 demonstram que a população rural corresponde a 16% do total geral da população. Ou seja, a partir da década de 1960 se confirmou a inversão da população de rural para urbana no Brasil, conforme dados censitários do IBGE. No caso do Estado de Goiás, a inversão só ocorreu na década de 1980, uma vez que em 1970, o percentual de população rural no estado era de 54% e passou para 33% na década posterior. Todavia, o processo de urbanização foi mais intenso em Goiás, conforme os dados estatísticos de 2010, pois, enquanto no Brasil 84% da população é urbana, no estado o percentual sobe para 90,3% da população.

Conforme Silva (2006), com base em dados retirados no IBGE, destaca que em 1950 a população residindo em zona urbana era de 4.696 habitantes ao passo que na zona rural habitavam 16.151 pessoas, já na década de 1960, houve a ampliação no número de habitantes urbanos de 9.879 pessoas para 13.358 ocupantes da zona rural. A autora ainda relata que em 1970 a população da zona rural passa por um processo de crescimento, contrariando as tendências da época, contava agora com 17.606 habitantes, contudo, a zona urbana, continuou seguindo a tendência de sua época, passando por um novo crescimento contando até aquele momento com 14.066 habitantes.

O período que vai caracterizar de fato a inversão entre as áreas de ocupação urbana e rural é, segundo Silva (2006), o período que vai de 1980 a 2000, vale lembrar que também é nesse período que Goiás passou a apresentar um dinâmico processo de desenvolvimento, nesse espaço de tempo a população rural em Morrinhos vai decrescer 50,5% em relação aos anos demonstrados anteriormente. De acordo com a autora a consequência disso vai ser um intenso crescimento demográfico urbano em Morrinhos devido o êxodo rural. Há de se considerar, também, como fonte impulsora deste crescimento os migrantes oriundos de outros Estados, principalmente, oriundos de outras cidades do sul de Goiás.

Com isso, a cidade de Morrinhos se desenvolveu em ritmo mais acelerado, salientando a abertura de agências bancárias; a ampliação do sistema educacional, social e de saúde; o avanço no sistema de comunicação; a construção de ruas asfaltadas e arborizadas, praças, jardins; a construção de conjuntos habitacionais; a abertura de estradas; a ampliação do comércio e da indústria

Morrinhos possui, hoje, um centro urbano para o qual converge a população dos demais municípios, em busca de serviços considerados básicos. Pode-se dizer que, a partir da década de 1980, Morrinhos desenvolve com grande relevância a sua modernização através do processo de urbanização.

Ao se fazer a análise do processo de interiorização da urbanização no Brasil, concluiu-se que nele se processaram e se processam novas frentes de expansão urbana, seja de reconstrução de funções das cidades, seja do aparecimento de novos centros, que se contrapõem ao esvaziamento de muitas localidades. No caso de Morrinhos, a reestruturação das funções pode ser reconhecida no desenvolvimento do complexo agroindustrial e no setor de prestação de serviços.

3.3 A ATUAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS E ECONÔMICOS NA ESCALA LOCAL

Segundo Amorim (1998) Morrinhos desde a chegada do Senador Hermenegildo de Moraes, a situação do município mudou no cenário político goiano, seus descendentes que tiveram participação e influencia na formação e consolidação do sistema político que vigorava com sucesso no estado, além de se destacar economicamente como elo com o São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Ainda segundo o autor, Hermenegildo de Moraes se estabeleceu anteriormente em Santa Rita do Paranaíba, atual Itumbiara e se fortaleceu economicamente como fornecedor de produtos para o Exército Brasileiro durante a guerra do Paraguai de 1864 a 1870, chegando a ter uma das maiores fortunas do Estado de Goiás, e deixou a localidade deixando para traz suas 30 fazendas, a fim de fugir de uma epidemia de malária, e apesar de sua intenção era residir em Pouso Alto, atual Piracanjuba, se estabeleceu em Vila Bela de Morrinhos no ano de 1874, onde ampliou seus negócios aproveitou sua influência com o comércio com o Sudeste, essa atividade contribuiu para destacar a localidade e projetá-la no cenário regional. Capitaneado por José Xavier de Almeida, então Presidente do Estado. Hermenegildo de Moraes se estabeleceu na cidade de Morrinhos, dando grande destaque à mesma, onde viveu desde a Proclamação da Republica até sua morte em 1905. Enquanto viveu em Morrinhos esteve presente no rol dos vices presidentes de Estado, graças ao seu prestígio, seu genro José Xavier de Almeida se tornou presidente do Estado entre os anos de 1904 a 1909.

E, de acordo com dados censitários colhidos no Censo de 1950, e corroborando com a Revista XIV Festa de Arte de Morrinhos, Ano XVII, o município de Morrinhos, que traz em sua história grandes nomes de destaque no cenário político que reforça ainda com mais ênfase

o destaque que a cidade tinha no cenário político goiano e a sua importância que a cidade ostentava podia se ver refletiva na Região até o período, onde políticos da cidade ocupavam cargos de destaque em âmbitos estaduais e nacionais¹, onde das cidades que compõem a Microrregião do Meia Ponte a mesma era destaque, (ver Ilustração 13):

Ilustração 13 – Quadro representativo das principais representações políticas de Morrinhos no século XX.

POLÍTICO MORRINHENSE	CARGO POLÍTICO OCUPADO
Alfredo Lopes de Moraes	Deputado e Presidente do Estado (1908, 1929)
Eurico Barbosa dos Santos	Deputado Estadual (1933)
Francisco Lopes de Moraes	Deputado Estadual (1905)
Genésio Vieira de Barros	Deputado Estadual e Federal (1969, 1971, 1975, 1979)
Guilherme Xavier de Almeida	Deputado Estadual e Federal (1936, 1946)
Hermenegildo Lopes de Moraes	Deputado Federal e Senador (1894, 1918)
Jose Barbosa Reis	Deputado Estadual (1963, 1967)
Jose Gumercindo Marques Otero	Dep. Est. e Sec. da Educação e Saúde. (1929, 1947)
Jose Teodoro Filho	Deputado Estadual (1963)
Jose Xavier de Almeida	Deputado e Presidente do Estado (1895, 1901)
Jose Xavier de Almeida Junior	Secretario de Viação e Obras Publicas. (1902)
Pedro Celestino da Silva Filho	Deputado Estadual (1951)
Silvio Gomes de Mello Filho	Deputado Estadual (1929)
Vital Pereira Cabral	Deputado Estadual (1947)
Waldir do E.S. de Castro Quinta	Deputado Estadual (1947)

Fonte: Revista XIV Festa de Arte de Morrinhos, Ano XVIII, Morrinhos – Agosto de 1982 – N. 04, p. 32.

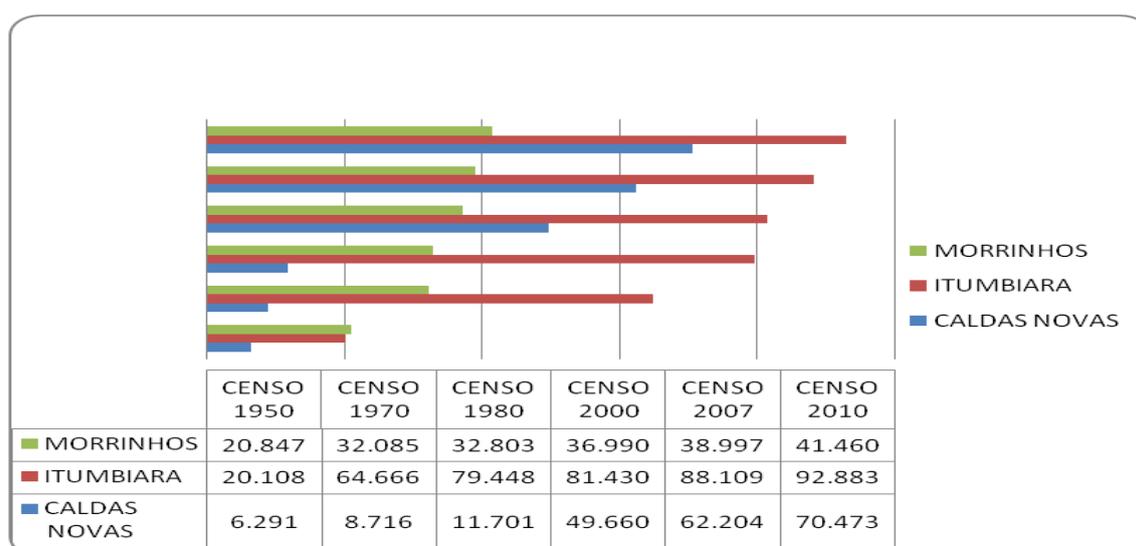
A projeção que Morrinhos possuía, até a década de 1950, estava articulada ao prestígio político que apresentava no cenário regional. Entretanto, mesmo com o declínio desse prestígio e a queda da representatividade do município nas esferas políticas estaduais, além do desenvolvimento econômico dos municípios vizinhos que contribuíram para a estagnação da política e econômica de Morrinhos, o mesmo se mantém como município de referência na região de diferentes órgãos da administração federal e estadual.

Segundo Fonseca (1994) o grupo político que se consolidou em Morrinhos nasceu da união das famílias Lopes de Moraes, Nunes da Silva e Xavier de Almeida, pelos laços matrimoniais. Seus principais expoentes foram: Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes; seu filho primogênito e homônimo; seu filho caçula, Alfredo Lopes de Moraes; seu genro José Xavier de Almeida; e o marido de sua enteada o Cel. Pedro Nunes. Eles tiveram destaque em todos os níveis de governo estadual, num acerto muito grande no que tange alianças e acordos (atitudes essenciais para se garantir a participação política nos sistemas vigentes), porém o mesmo se dizia autônomo.

A existência do referido grupo político em Morrinhos foi determinante para que a cidade obtivesse destaque e se projetasse no cenário regional. Todavia, a perda desse poder político com o passar do tempo, com o advento da reconfiguração política que estava acontecendo, o coronelismo que era predominante estaria dando espaço a um período oligarquista e em virtude desses aspectos, políticos da cidade não continuaram a ocupar cargos em níveis estaduais e federais, aos moldes de outrora.

A Ilustração 14, apresenta um gráfico que destaca o crescimento da população das principais cidades da MRMP da década de 1950 até 2010. De acordo com as informações, Morrinhos teve uma população maior que a de Itumbiara e Caldas Novas, um quadro que se reverte com o início do processo de modernização da agricultura.

Ilustração 14 – Crescimento populacional das principais cidades da microrregião do Meia Ponte de 1950 até 2010.



Fonte: Censos Demográficos de 1950 a 2010 IBGE

De acordo com Estevam (2004) Goiás em função de sua extensão territorial e ser considerado ponto de sustentação para o processo de expansão da fronteira agrícola foi contemplado diferencialmente por programas governamentais, destacando que a parte norte foi incluída no contexto da Amazônia legal, sendo objeto de planejamento específico através do governo federal a partir de 1960, e o Centro Sul esteve incluso na agenda especial para terras do cerrado através da Comissão de Desenvolvimento do Centro Oeste, que depois foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO). Esses fatores influenciaram para uma maior produção agrícola. E diretamente no crescimento

populacional de Itumbiara, como já citado no texto, em virtude de sua localização privilegiada na fronteira com Minas Gerais. O caso de Caldas Novas de acordo com Silva (2006) é bem peculiar, pois o crescimento da atividade de turismo e serviços foi o que alavancou seu crescimento populacional.

Todavia, de acordo com Amorim (1998), a trajetória de desenvolvimento do município de Morrinhos demonstra que as forças políticas de Morrinhos acreditavam que o município já era bem desenvolvido e não precisava se render ao processo que acontecia no seu entorno, o que ao nosso modo de pensar, foi decisivo para que essa tivesse, de acordo com o quadro acima, manifestado um crescimento pífio, se comparado a Itumbiara por exemplo. O que de acordo com a Ilustração 14 demonstra que Itumbiara teve um crescimento de 70.775 habitantes, contra 64.182 habitantes de Caldas Novas e de 20.613 habitantes de Morrinhos, ainda que esta última tenha crescido na sua área urbana, porém o crescimento populacional não acompanhou esse desenvolvimento.

No entanto vale ressaltar que crescimento não significa desenvolvimento. O crescimento demográfico por si só não é fator de desenvolvimento, se não forem implantadas infraestruturas básicas, serviços e meios para produzir, portanto, gerar empregos e renda, não ocorrerá o desenvolvimento.

O município de Morrinhos mantém parte da influência que a projetou regionalmente, pois sedia vários órgãos estaduais e federais, exercendo o comando regional sobre os municípios a eles vinculado. Um exemplo na esfera federal é a 10^a Delegacia do Serviço Militar (10^a DSM), vinculada a 7^a Circunscrição do Serviço Militar (7^a CSM) que por sua vez é vinculada a Diretoria do Serviço Militar (DSM), com sede em Brasília, a delegacia esta localizada na Cidade de Morrinhos (GO), abrangendo grande parte dos 21 municípios que compõe a Microrregião do Meia Ponte, ou seja, Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Vicentinópolis e Rio Quente.

Também nas esferas nacional e regional se destaca a Regional do Núcleo de Apoio e Combate a Endemias (NACE), diretamente vinculado à Secretaria Estadual de Saúde e ao Ministério da Saúde, sendo que a sede situada em Morrinhos abrange os demais municípios da microrregião do Meia Ponte. Ainda, sedia a Regional da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ), que tem sob sua responsabilidade os municípios de: Água Limpa, Aloândia, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão e Rio Quente. Enquanto, a Subsecretaria Regional da Educação, vinculada a Secretaria Estadual de Educação, além de Morrinhos, tem cinco dos municípios da

microrregião do Meia Ponte vinculados a ela, ou seja, Água Limpa, Caldas Novas, Marzagão, Pontalina e Rio Quente. Inclusive, no âmbito da microrregião é a cidade que tem mais municípios da própria microrregião sob sua responsabilidade, por exemplo, a cidade de Itumbiara tem sob sua responsabilidade na mesma microrregião apenas 02 (dois) municípios.

Outro exemplo que destaca a influência regional remanescente de Morrinhos é a presença do 4^o Núcleo Regional de Polícia Técnico Científica de Morrinhos que é responsável pelos municípios de: Aloândia, Caldas Novas, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Piracanjuba, Pontalina, Professor Jamil, Vicentinópolis e Rio Quente.

Também, não poderíamos deixar de destacar, o exemplo da Universidade Estadual de Goiás tem um polo na cidade, disponibilizando cursos e oportunidades para a formação em nível superior da população por meio de uma instituição pública, atraindo alunos de diversas cidades da microrregião como Água Limpa, Caldas Novas, Piracanjuba, Professor Jamil, Marzagão, Pontalina, Goiatuba, Buriti Alegre, entre outras, fazendo da cidade um polo receptor de alunos da região e a torna destaque nesse quesito sendo um polo na área da licenciatura na região, oferecendo os cursos de Geografia, História, Matemática, Letras, Ciências Biológicas e Ciências Contábeis, Além desses cursos de graduação, oferece também um curso de pós-graduação stricto-sensu nível mestrado multidisciplinar na área ambiental.

Esse processo, junto com o desenvolvimento oriundo com a expansão da fronteira agrícola e modernização da agricultura, ocorrida principalmente na década de 1970, beneficiou o crescimento das cidades, o que na microrregião do Meia Ponte aconteceu com Itumbiara de forma direta e de forma indireta Caldas Novas. E, aliado ao fato de Morrinhos não se desenvolver economicamente como os seus vizinhos foi o motivo para que essa fosse ultrapassada em números tanto de habitantes quanto a destaque regional para cidades que antes faziam parte de seu território.

3.4 A INSERÇÃO DE MORRINHOS (GO) NO SISTEMA TÉCNICO MULTIDIMENSIONAL

As características da sociedade e do espaço geográfico estão em relação com o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos. Por isso é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação o funcionamento e articulação dos territórios, como podemos verificar no município de Morrinhos (GO), onde vislumbramos dois momentos distintos, antes da década de 1970, e após, com o processo de modernização da agropecuária que inseriu o município no sistema técnico multidimensional.

Para Barriga (1995), cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica. E dessa forma é necessário a utilização dos territórios em escala local, regional, nacional e internacional. A partir do espaço usado apropriado é que o território é criado e recriado, (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Pois a sociedade é mutável e está sempre em construção e o território usado por essa sociedade mutável da mesma forma passa por mudanças constantes.

Nesse cenário constatamos que o município de Morrinhos (GO) se enquadra nessa discussão, pois a construção inicial de seu território é fruto da ação dos agentes que se destacaram em especial pela atuação no campo político. Depois, a partir dos anos 1970, quando esse prestígio findou, foi vez da dinâmica da modernização da agropecuária. Quando o surgimento das agroindústrias fez com que essa cidade, onde facilmente se confundia o urbano e o rural, passasse a exercer um papel de destaque na região.

Nesse contexto, exemplificam essa dinâmica o caso da agroindústria Conservas Olé que está instalada no DAIMO. Trata-se de uma empresa nacional que tem sua sede situada na cidade de São Paulo (SP), instalou-se no município no ano 1996, e segundo informações contidas em seu site, trabalha com enlatados, conservas, lanches e outros produtos alimentícios. E, o caso da Central Energética Morrinhos (CEM), uma empresa do Grupo Colorado, que atua em âmbito nacional, instalou-se no município em 2011, que integra o setor sucroenergético do país, que é reconhecida internacionalmente por promover a sustentabilidade ambiental por meio da produção do etanol, um combustível renovável, esta agroindústria recebe matéria prima por meio do arrendamento de terras de produtores rurais de Morrinhos além de alguns municípios vizinhos, tais como Goiatuba (GO) e Buriti Alegre (GO), o que demonstra as articulações regionais importantes que são viabilizadas por causa do agronegócio.

Essas empresas do agronegócio colocam o nome de Morrinhos (GO) em outros cenários, o que demonstra a continuidade e descontinuidade dos municípios, (ver Ilustrações 15 e 16).

Ilustração 15 - Empresa de Conservas Olé, situada no DAIMO, 2014.



Fonte: A autoria própria (2014)

Ilustração 16 - Central Energética Morrinhos, BR-153, Km 646, 2014 .



Fonte: A autoria própria (2014).

Santos (1997), destaca que a agricultura moderna no âmbito das cidades faz com que as pessoas sejam moldadas para executar tarefas dentro de suas atribuições. Ainda sobre Santos (1997), a especialização de áreas ou regiões voltadas para determinadas produções, cria subespaços ou regiões voltadas para determinadas produções, o que dá a essas localidades o significado de “redes e ou espaço meticulado” (SANTOS 1997, p. 209).

Nesses casos, verifica-se na mesma região tempos rápidos e tempos lentos, ou seja, num mesmo espaço encontramos a agroindústria moderna, cujo imperativo é a fluidez e a economia de tempo de recursos, e o sertanejo envolvido com a lida diária e que sobrevive do comércio de bens primários. Contudo, na dimensão das empresas encontramos um território que apresenta uma complexidade maior, segundo Mazzali (2000), a organização desses territórios em rede abrange tanto a empresa quanto a interação entre empresas, ela também garante o grau de autonomia dos agentes na implementação das estratégias, as empresas são concebidas como atores imbricados, organizacionais e espacialidades de estrutura interna, ou seja redes verticais.

Para Mior (2010), tais territórios em rede são processos globais vistos como eminentemente verticais e setoriais, estes são responsáveis pela “reestruturação rural estariam inseridos nas dinâmicas econômicas agrícolas e não agrícolas dos territórios locais e regionais, enfatizam a necessidade de relacionar a dimensão espacial e a dimensão social” (MIOR 2010, p 2). E, por meio dessa dinâmica ocorrem as relações sociais entre os agentes locais e os não locais.

Nesse processo de articulação a circulação tem um papel de destaque. Ela conecta consumidores e produtores, propiciando a fluidez necessária que conecta todas as dimensões do espaço, a produção, o consumo e a organização. Em Morrinhos (GO), o segmento composto pelos serviços e comércio se destaca na geração de empregos, são 69,7% dos postos neste setor, segundo dados do IBGE (2010). E, em uma cidade em que a dinâmica interna se está ligada na ênfase advinda das atividades do agronegócio, o segmento das atividades terciárias contribui para a projeção regional da cidade.

De acordo IPEA (2013), de 1991 a 2010, período em que as atividades agroindustriais passam a ganhar projeção, em virtude de fatores como estabilização financeira econômica e abertura para o capital estrangeiro, o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), passou de 0,498, em 1991, para 0,734, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (Goiás) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 47,39% para o município e 47% para Goiás; e em uma taxa de redução do hiato de

desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, esse índice passou de 52,99% para o município e 53,85% para o estado. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,335), seguida por Longevidade e por Renda. Em Goiás, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

A cidade de Morrinhos conta com amplo sistema de ensino, onde a rede municipal e estadual atende, segundo GOIAS (2013), cerca de 9.018 (nove mil e dezoito) alunos, representando 21,75% da população, esse público atendido abrange desde o ensino infantil até o nível médio.

O município conta ainda com faculdades públicas como a Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária Morrinhos e o Instituto Federal Goiano, além de particular como a Universidade Norte do Paraná (Educação a distancia). A cidade também possui um amplo segmento bancário contando com as agências dos bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú, Banco Santander, Banco SICOB, Banco Unicred e Bancoob. No segmento da saúde conta com os hospitais particulares: Hospital e Maternidade Dr. Silvio de Mello e Nossa Senhora do Carmo, e um hospital público de âmbito regional o Hospital Municipal de Morrinhos, oferecendo diversas especialidades e 106 (cento e seis) leitos (IMB 2012).

Quanto à população economicamente ativa e geração de empregos, e a dinâmica que liga o setor de serviços ao segmento agroindustrial pode ser notado quando, ao verificar que o município, em seu espaço urbano está repleto de empresas que se dedicam a venda de insumos e prestação de serviços para o setor, (ver Ilustração 17):

Ilustração 17 - Estabelecimentos comerciais ligados ao segmento agroindustrial, 2014.



Fonte: Autoria própria (2014).

A Ilustração17 apresenta alguns exemplos dos segmentos comerciais de Morrinhos (GO), estes além que representarem a ligação entre a agroindustrial e o agronegócio, também demonstram a interrelação campo/cidade. São empresas que estão presentes na dinâmica do município, contribuindo para gerar empregos e renda de forma direta e indireta. Haja vista que essa oferta de empregos, tanto pelo agronegócio quanto pelo segmento terciário fazem com que o município tenha um índice de desemprego de 4,9 %, representando 1.291 (um mil duzentos e noventa e um) habitantes IPEA (2013), que é uma taxa baixa se comparado com os 7,9% em âmbito nacional e 5,7% que é a taxa de desemprego de Goiás, IPEA (2013).

Podemos então perceber que Morrinhos (GO), mudou bastante deste de o fim do século XIX e início do século XX até a década de 2010, com o advento da modernização da

agropecuária ocorrida no território goiano e em seu município. Foi a partir da década de 1970, Morrinhos se projetou nesse cenário dinâmico e após a instalação de empresas ligadas a atividades agroindustriais, fizeram com que a dinâmica territorial do município passasse por uma reviravolta, e hoje Morrinhos (GO), se destaca no segmento sendo destaque, em virtude dos segmentos em redes, tanto no cenário nacional como internacional.

Contudo, este capítulo analisou a dinâmica territorial em Morrinhos (GO) e tratou de como se deu o processo de formação e transformação do município, considerando os novos e velhos tempos de sua formação. Além das características econômicas, sociais e políticas que contribuíram na produção do espaço local e sua projeção regional, também a importância da drenagem da renda do campo na urbanização.

Nesse sentido foram discutidas as ações estratégicas que repercutiram na escala local em função da atuação dos agentes políticos e econômicos que influenciarão no processo de formação e transformação do Município de Morrinhos (GO), e respectiva inserção multidimensional e escalar da cidade na produção de redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se verificou no Brasil, com ênfase principalmente após a década de 1970, foi a transformação do território cerratense que era sustentado por uma agricultura de base familiar e de subsistência, sendo transformado pela junção de interesses econômicos com atuação do Estado. Essa dinâmica modernizou as estruturas técnicas e produtivas e trouxe consigo a mudança sistemática do território onde, agora, a produção passa a atender ao mercado, o que transformou as condições de quem ali habitava.

O território apropriado passou então a atender os interesses do mercado, tanto na escala local como externa, onde foi necessário desenvolver um processo de reordenamento para o uso das áreas do Cerrado. E as relações que vieram por meio desse reordenamento, estabeleceram a busca de uma produção cada vez mais técnica e mecanizada. E, as práticas agropecuárias existentes nesse espaço fossem substituídas por novas, alterando a vida dos trabalhadores que ocupam o território. Muitos deixaram o campo e foram para as cidades que passaram a receber esse trabalhador rural morador da cidade.

Pois, as relações de poder estabelecidas pelo Estado fizeram com que surgisse um novo cenário, junto a uma agropecuária moderna voltada para o mercado externo, uma propriedade aglutinada nas mãos de produtores que tem em seu poder capacidade financeira para modificar o cenário anterior à década de 1970. Assim, nessas áreas, produziu-se uma modernização de ordem conservadora que modernizou técnicas e formas de manejo, porém manteve as estruturas latifundiárias recorrentes no Brasil desde o início da República.

Assim, as transformações que se destacaram no território do Cerrado o levaram ligadas ao desenvolvimento e introdução de técnicas modernas de produção agropecuária. Esse processo contribuiu para o desenvolvimento regional e influência na diversificação e especialização produtiva que as áreas de Cerrado vivenciam na atualidade, que só foi possível por meio dessa intervenção desses agentes supracitados. Por sinal, essa diversificação é responsável pelo desenvolvimento e projeção das atividades ligadas ao agronegócio, especialmente, o segmento agroindustrial.

O que se pode verificar é que a partir das quatro últimas décadas do século XX houve uma gradual aceleração do ritmo de desenvolvimento da atividade agropecuária goiana, bem como sua efetiva incorporação ao circuito produtivo nacional.

Até a década de 1960, a agricultura e a pecuária constituíram-se nas atividades básicas do Estado, onde a significativa produtividade do setor agropecuário dava-se mais pelo aumento da área cultivada e de pecuária extensiva do que pelo emprego de tecnologia. Após incentivos governamentais de incentivo a ocupação e investimentos, aliados ao processo de modernização da agropecuária, advinda por meio de técnicas e implementação de insumos no solo. O que fez com que aumentasse os níveis de produtividade mudando o cenário anterior da região.

Com esse processo que foi intensivo, principalmente a partir da década de 1970, a agropecuária praticada se modificou. No decorrer do processo de expansão capitalista no campo pelo domínio tecnológico na agricultura, o Cerrado foi inserido no cenário econômico, despertando o interesse dos agroexportadores por suas terras, antes vistas como improdutivas.

Assim, uma nova estrutura fundiária começou a ser desenhada para a região, motivada pelo processo modernizador do espaço agrícola nas áreas de Cerrado, decisivo para que essa agropecuária, agora voltada para o mercado externo, fosse organizada em complexos agroindustriais, os (CAI).

Tais fatores modificaram as áreas de Cerrado no Estado de Goiás onde passou a predominar as grandes propriedades ocupando o espaço da agricultura familiar e das pequenas propriedades. Também o agronegócio contribuiu para modificar as relações de trabalho após o processo de expropriação que ocorreu com o pequeno produtor. A microrregião do Meia Ponte, inserida no território goiano, também apresenta características similares, comportando municípios organizados em subespaços que agregam municípios com aspectos socioeconômicos e culturais.

Assim, além de demonstrarmos o processo de evolução e divisão histórico da microrregião do Meia Ponte, e de sua fragmentação e desmembramento de municípios até chegarmos à configuração atual de seus 21 (vinte e um) municípios, analisamos o processo de modernização da agropecuária e o crescimento do agronegócio na microrregião do Meia Ponte.

Sendo assim, abordamos o processo de modernização e seu impacto no crescimento do agronegócio em Goiás e também na microrregião, destacando o sentido da modernização (a modernização conservadora) mecanização do campo e seus reflexos na produção agroindustrial microrregional. Portanto, caracterizamos a agroindustrialização e sua evolução na microrregião do Meia Ponte, enfatizando o exemplo de Morrinhos. Nesse sentido, discutimos o significado de agroindústria, características especificações, classificações e a dinâmica regional, com o estabelecimento de redes e circuitos em diferentes escalas. A partir

do contexto microrregional forão estabelecidos os subespaços existentes na microrregião do Meia Ponte e as características de centralidade que promovem a formação de polos regionais e locais na região.

Também, quando fizemos o recorte para o âmbito de Morrinhos (GO), analisamos os fatores sociais, econômicos e políticos, que foram proponderantes para problematizar dois aspectos, o primeiro de um município que era forte politicamente, perdendo esse prestígio nesse sentido, porém se destacando em outro cenário, a questão agroindustrial e agropecuária por meio de seus agentes.

A partir daí, enfatizamos a dinâmica territorial do município de Morrinhos demonstrou como os processos mais amplos de transformação ocorridos nas áreas de Cerrado são rebatidos na dimensão local. Com isso, as diferentes relações sociais, econômicas e políticas são exemplificadas pela atuação dos agentes que influem na escala local e contribuem para projetar o município em dimensões mais amplas, auxiliando na compreensão do processo de apropriação do território, na sua estruturação e formação das redes.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 159p.
- ABDALA, K.; CASTRO, S.S. Dinâmica de uso do solo da expansão sucroalcooleira na Microrregião Meia Ponte, estado de Goiás, Brasil. In VI SEM. LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, Portugal, maio de 2010. Anais. Disponível em <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/klaus>. Acesso em 02 de julho de 2010.
- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Terras de Goiás: estrutura fundiária (1850-1920)**- Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **Geografia Agrária**, Boa Vista, v. 0002, n. 0003, p.33-41, nov. 2013. Ed Esp. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/viewFile/1938/1226>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- AMORIM, Eron Meneses de. **Morrinhos: Coronelismo e Modernização 1889-1930**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás UFG, 1998.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. **A toponímia e os viajantes naturalistas estrangeiros na Província de Goiás**. USP. 2004. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp14/04.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- ARAÚJO, Délio Moreira de. Mais planos que realizações - a estrada de ferro no Estado de Goiás. **Revista Estudos Goianienses**. Goiânia: Oriente, 1974.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- BARRIGA, C. Tecnologia e competitividade em Agronegócio. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 83-90, out./dez., 1995.
- BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna, (Org.). **Geografia da Soja: BR-163: fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. K. (1994). **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1994.
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS AVANÇADAS. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil: Morrinhos (GO)**. 2013. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/morrinhos_go>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- BRUNO, Regina. **Senhores da Terra Senhores da Guerra: A nova face das elites agroindustriais do Brasil** - Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRJ, 1997.

CALAÇA, Manoel. Modernização da agricultura e dinâmica territorial no sul do Estado de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções. Novas formas, velhas funções, XV, 2000, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2000. p. 372-378.

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

CASTILHO, R. Agronegócio e Logística em áreas de Cerrado. **Revista da ANPEGE**, São Paulo, v. 3, s.n. p. 33-43, 2014.

CATAIA, Marcio Antonio. Território Político: Fundamento e Fundação do Estado. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 1, n. 23, p.115-125, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v23n1/10.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COHN, Gabriel (org.). **Sociologia Max Weber** - Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática 8ª Edição. 2009.

COSTA, Cláudio Barbosa da. Estado e os Novos Agentes Sociais na Reconstrução do Espaço: limites e possibilidades de um projeto geopolítico democrático. **Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 2, n. , p.1-15, dez. 2006. Semestral. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/viewFile/603/635>. Acesso em: 16 jul. 2014.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. Contexto socioeconômico de Goiás na década de 1970 e a adoção da política de industrialização via distritos industriais. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 69-92, jan./jun. 2010.

DIAS, Marcel Bordin Galvão; SABOTA, Heitor Silva. A Indústria em Goiás: Dinâmica Atual e Transformações Espaciais. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: Eng, 2010. p. 01 - 09. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=143>. Acesso em: 15 dez. 2014.

DUARTE, Laura Maria Goulart; THEODORO, Suzi Huff Theodoro (Org.). **Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ESTADO DE GOIÁS/Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento/Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Goiás em dados 2012**. Goiânia: SEGPLAN, 2013

ESTADO DE GOIÁS/Secretaria do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e Habitação/Superintendência de Gestão e Proteção Ambiental Metais De Goiás Governo do Estado de Goiás. **Zoneamento Ecológico-Econômico da Microrregião Meia Ponte: Convênio SAE (PR) / SEMARH(GO) N.º 011/96**. Goiânia: Sinopse, 1999. 34 p.

ESTADO DE GOIÁS/Goiás Industrial. **Distritos agroindustriais na Microrregião do Meia Ponte**. Disponível em: <http://www.goiasindustrial.com.br/distritosindustriais/?distrito=11>. Acesso em: 06 mar. 2014.

ESTEVAM, Luiz. **O tempo da transformação**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

FERNANDES, Florestan. O que é a Sociologia? In: FERNANDES, Florestan. **Elementos de sociologia teórica**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

FONSECA, Maria Lucia. **Coronelismo e Mandonismo Local: Morrinhos (1889-1930)**. 1994. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Historia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1994. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/FONSECA__Maria_L_cia._1994.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra, MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O ESTADO E SUAS RAZÕES: o II PND. São Paulo: **SciELO**, v. 28, n. 1, 2007. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a02v28n1>. Acesso em: 11 nov. 2014.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2008.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: Um período de transição da mineração para a agropecuária**. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

GIANNOTTI, Carlos Ugo. **Chapadão do Céu: Modernização da Agricultura no Sudeste Goiano**. 1999. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Historia, Faculdade de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia**. São Paulo: UNESP, 2001.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (**Segplan**). Goiás em Dados **1999**.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (**Segplan**). Goiás em Dados **2011**.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (**Segplan**). Goiás em Dados **2013**.

GOMES, Horieste e TEIXEIRA NETO, Antonio. **Geografia Goiás-Tocantins**. 1ª Ed. Goiânia: Centro Editorial e gráfico/UFG, 1993. 227 p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.5, p. 7-20, 1º sem., 1999

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. **UFRS**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.1-35, 2013.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO NO BRASIL CONTEMPORANEO. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 02, p.103-112, set. 2013. Mensal. Disponível em:

<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1177/499>>. Acesso em: 27 maio 2015.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IFG - OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Coelho de et al (Ed.). **ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS SOBRE AS MICRORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS – MICRORREGIÃO DO MEIA PONTE**. Goiânia: Ifg, 2013. 51 p. (Estudos Microrregionais). Disponível em: <http://ifg.edu.br/observatorio/images/downloads/estudos/microrregiao_meia_ponte_1 consolidacao.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, XXXVI volume, **Censo demográfico de 1950**, IBGE, Rio de Janeiro, 1958

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Contagem da população de 2007**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em jul./2013

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, e 2010. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 7 dez. 2013.

_____. **Séries Históricas, 1970-2006**. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=AGRO02&t=area-esta-belecimentos-ha>. Acesso em jan./2014.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=52&dados=10>. Acesso em jul./2013

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas** /Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2009.

_____. **Dados econômicos regionais, 1970-2010**. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em jan./2014

IMB, **Instituto Mauro Borges** de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). Mapeamento das áreas irrigadas por pivôs centrais no Estado de Goiás. Goiânia. Informe Técnico nº 01/14, janeiro/2014. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br> >. Acesso em: 27/10/2014.

LACERDA JUNIOR, B. Modernização da Agricultura e transformações no Espaço Urbano e Rural de Rio Verde (GO), Dissertação de Mestrado do Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESA – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiania(GO), 2004.

LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999

LEMES, Kátia da Costa; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Produção Familiar em Orizona (GO): Desafios e perspectivas frente à modernização agrícola. **Espaço em Revista**, Goiânia, v. 2, n. 13, p.150-169, Não é um mês valido! 2011. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/espaco/article/download/16890/10340>. Acesso em: 23 fev. 2014.

LISITA, C. A agroindústria na Região Centro-Oeste In ZIBETTI, W.; BARROSO, L.C. **Agroindústria**: uma análise no contexto socioeconômico e jurídico. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 2009, p. 69-86.

LOBO, S. A. (2004). Abordagens sobre a reestruturação produtiva. **Humanidades em foco**: Revista de Ciência, Educação e Cultura, Goiânia, (4), 1 -16.

LOPES, Heloísa Santos Molina. **Agricultura, Modernização e o Uso Corporativo do Território**. 2006. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20062007-142830/publico/TESE_HEL_OISA_SANTOS_MOLINA_LOPES.pdf. Acesso em: 06 mar. 2014.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas**: Escravos, Índios e Homens Livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861) – Uberlândia: EDUFU, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 2. Ed. Rio de Janeiro: E. P. U, 2013.

LUNAS, D. A.L; ORTEGA, A. C. A Constituição do Complexo Agroindustrial da Soja no Sudoeste de Goiás. In: PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. (Orgs.). **O agronegócio nas Terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 139-173.

LUZ, Janes Socorro da. **A (Re)Produção do Espaço de Anápolis/GO**: trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970 -2009. 2009. 349 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

MACIEL, Dulce Portilho, Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sociocultural e econômico nacional in: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011

MARCON, Telmo; PASINATO, Darciel. Estado e política de educação no Brasil: concepção de público no manifesto de 1959. **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.1-13, 2012.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. p. 131-179

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008, p. 125-136.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização em rede. São Paulo: UNESP, 2000, p. 149-161.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Trabalho apresentado no I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007. Publicado em Vieira et al. (orgs.), *Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: Subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis, APED, 2010, 486 p. MIZIARA, 2009

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES, Antônio Carlos. Estado e território numa perspectiva história. In: *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002, p 61-76.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1993.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **Construção da Riqueza no Sul de Goiás, 1835-1910**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca (SP), 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Planejamento Estratégico*. 23 ed. São Paulo: Atlas. 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Estratégia Empresarial: Uma Abordagem estratégica*. São Paulo: Atlas. 1997.

OLIVEIRA, Robson Munhoz de; HESPANHOL, Rosângela Ap. de M.. **Para Além da Terra**: Acesso ao território e aos frutos da terra pelos povos tradicionais do Cerrado. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012. I Seminário sobre Alimentos e Manifestações Culturais Tradicionais.

OTTOBELI, Delmar. **Modernização Agrícola e as Transformações Sócio-Espaciais em Caldas Novas (GO)**. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia; UFU; 2005. Disponível em <http://penelope.dr.ufu.br/bitstream/123456789/1118/1/Moderniza%C3%A7%C3%A3oAgr%C3%ADcolaTransforma%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 15 Maio 2014.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás**. 6. edição. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás : 1722 – 1822; estrutura e conjuntura em uma Capitania de Minas*. 4ª. Edição. Editora UCG, 1994.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estud.av.** [online].1989, vol.3, n.7, p. 87-108.

PAULA, Mauro César de. **ATUAÇÃO DA COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS (COMPLEM) E SUA INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO DO PRODUTOR DE LEITE DO MUNICÍPIO DE MORRINHOS, NO ESTADO DE GOIÁS.** 2002. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Cap. 4. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82512/192281.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 maio 2015.

PEDROSO, Ízula Luiza Pires Bacci; SILVA, Antenor Roberto Pedroso da. O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE RIO VERDE - GO1. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 3, p.20-27, jun. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/15384/8683>. Acesso em: 07 mar. 2014.

Pereira e Filho (2003

PIRES, Murilo José de Souza. As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura fundiária nas regiões do Estado de Goiás. **Revista de Economia da Universidade Estadual de Goiás**, Anápolis, n. 2, p.70-91, Semestral, 2009. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/233/243>. Acesso em: 11 dez. 2013.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 03, p. 411-424, 2009.

PRADO JR, Caio. **A Questão Agrária.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIOS, Pedro Paulo Carneiro. A Contabilidade Rural como instrumento de gestão na cultura sisaleira do Estado da Bahia. v. 21, n. 02, 2013.

Revista XIV Festa de Arte de Morrinhos, Ano XVIII, Morrinhos – Agosto de 1982 – N. 04, p. 32.

RIGONATO, Valney Dias. A dimensão sociocultural das paisagens do cerrado goiano: o distrito de Vila Borba. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Tantos Cerrados:** múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: Vieira, 2005. p. 63-93.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec. 1996

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 135- 239

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Marlus Silva dos. **A expansão agrícola em Goiás e suas consequências na urbanização de Morrinhos - Goiás.** 2012. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2012.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Col. Geografia em Movimento).

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: Das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **RAIZES: Revista de Ciências Sociais,** Campina Grande, v. 23, n. 1, p.99-127, semest./ 2004.

SILVA, Fernanda Faria. Distribuição de crédito para agricultura Familiar: Um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento Rural. 2006.

SILVA, Cláudia Márcia Romano Bernardes. **A cidade de Morrinhos:** Uma abordagem geográfica. Ed. Grafset. Goiânia, GO. 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr Balastretri (Org.). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 122-143.

SILVA, Sheila Braz Cristino; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Modernização da agricultura no município de Ipameri-GO: agronegócio, trabalho e migração. In: XIII JORNADA DE TRABALHOS . OCT., 13., 2012, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Scielo, 2012. p. 17 - 27. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000142012000100034&script=sci_arttext&tlng=pt . Acesso em: 15 dez. 2014.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Hannah Arendt e a política sem piedade. **Política & Sociedade,** Santa Catarina, n. 12, p.119-141, abr. 2008. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2175-7984.2008v7n12p119/6998> Acesso em: 13 maio 2013.

VESENTINI, José William. **A capital da Geopolítica.** São Paulo: Ática, 1987.

VIANNA, Salvador Teixeira Werneck. **Desenvolvimento econômico e reformas institucionais no Brasil:** Considerações sobre a construção interrompida. 2007. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Tese de Doutorado Apresentada Ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/pos/tesesdissertacoes/tese_salvador_werneck.pdf. Acesso em: 15 dez. 2014.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

WELFORT Francisco, **O Populismo na Política Brasileira**, Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1980. Disponível em http://www.seplan.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=1255&id_not=10. Acesso em: 13 Jun. 2013.
